

Agenda legislativa da indústria

Prestando
Contas

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

1º VICE-PRESIDENTE

Paulo Antonio Skaf

2º VICE-PRESIDENTE

Antônio Carlos da Silva

3º VICE-PRESIDENTE

Flavio José Cavalcanti de Azevedo

VICE-PRESIDENTES

Paulo Gilberto Fernandes Tigre
Alcantaro Corrêa
José de Freitas Mascarenhas
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Rodrigo Costa da Rocha Loures
Roberto Proença de Macêdo
Jorge Wicks Côrte Real
José Conrado Azevedo Santos
Mauro Mendes Ferreira
Lucas Izoton Vieira
Eduardo Prado de Oliveira
Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

1º DIRETOR FINANCEIRO

Francisco de Assis Benevides Gadelha

2º DIRETOR FINANCEIRO

João Francisco Salomão

3º DIRETOR FINANCEIRO

Sérgio Marcolino Longen

1º DIRETOR SECRETÁRIO

Paulo Afonso Ferreira

2º DIRETOR SECRETÁRIO

José Carlos Lyra de Andrade

3º DIRETOR SECRETÁRIO

Antonio Rocha da Silva

DIRETORES

Olavo Machado Júnior
Denis Roberto Baú
Edílson Baldez das Neves
Jorge Parente Frota Júnior
Joaquim Gomes da Costa Filho
Eduardo Machado Silva
Telma Lucia de Azevedo Gurgel
Rivaldo Fernandes Neves
Glauco José Côrte
Carlos Mariani Bittencourt
Roberto Cavalcanti Ribeiro
Amaro Sales de Araújo
Sérgio Rogério de Castro
Julio Augusto Miranda Filho

CONSELHO FISCAL

TITULARES

João Oliveira de Albuquerque
José da Silva Nogueira Filho
Carlos Salustiano de Sousa Coelho

SUPLENTES

Célio Batista Alves
Haroldo Pinto Pereira
Francisco de Sales Alencar

Agenda legislativa da indústria

Prestando
Contas

© 2012. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI CONSELHO TEMÁTICO PERMANENTE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS – CAL

Presidente: Paulo Afonso Ferreira.

Vice-Presidente: Marcos Guerra.

Conselheiros: Affonso Taboza Pereira, Alberto Alves, Antonio Totaro Neto, Carlos Anísio Rocha Figueiredo, Carlos Antônio Borges Garcia, César Augusto dos Reis, Cláudio Donisete Azevedo, Cláudio Mendes Rodrigues, Cristiano Buarque Franco Neto, Delle Guerra de Macêdo Junior, Edmundo Klotz, Elizabeth de Carvalhaes, Fabio Starace Fonseca, Fernando Pimentel, Gilberto Porcello Petry, Glauco José Côrte, Henrique Nora Lima, Humberto Barbato, Igor Montenegro Celestino Otto, Jorge Gerdau Johannpeter, José Marcondes Cerrutti, Luiz Augusto de Barros, Márcio João de Andrade Fortes, Mariana da Frota Brasil, Newton Sérgio de Souza, Paulo Safady Simão, Pedro Henrique Achcar Verano, Rafael Fernandes Maciel, Ricardo Mascarenhas, Sebastião Rogério de Castro, Vladson Bahia Menezes.

UNIDADE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS – COAL

Gerente-Executivo: Vladson Bahia Menezes

Gerente-Executivo Adjunto: Godofredo Franco Diniz

Gerente de Articulação no Senado Federal: Pedro Aloysio Kloeckner

Gerente de Articulação na Câmara dos Deputados: Beatriz Aparecida Lima Neves

Gerente de Informação e Estudos: Frederico Gonçalves Cezar

C 748a

Confederação Nacional da Indústria.

Agenda Legislativa da Indústria 2012: prestando contas / Confederação Nacional da Indústria;
Organizadores: Vladson Bahia Menezes, Godofredo Franco Diniz, Frederico Gonçalves Cezar, Anna Henriquetta Da Valle Faria Peres. – Brasília : CNI, 2012.

95 p. : il.

Inclui lista de siglas e índice.

ISBN 978-85-7957-077-3

1. Sistema tributário 2. Regulamentação da economia 3. Legislação trabalhista 4. Sistema financeiro nacional 5. Financiamento 6. Infraestrutura 7. Infraestrutura social 8. Ambiente institucional 9. Proposições legislativas 10. Brasil

CDU: 338

CNI / CAL, COAL

Setor Bancário Norte – Quadra 1 – Bloco C – 11º andar

Edifício Roberto Simonsen – CEP 70040-903 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3317-9060 / Fax: (61) 3317-9330

E-mail: coal@cni.org.br

CNI

Confederação Nacional da Indústria

Sede

Setor Bancário Norte – Quadra 1 – Bloco C

Edifício Roberto Simonsen – CEP 70040-903 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3317-9001 / Fax: (61) 3317-9994

<http://www.cni.org.br>

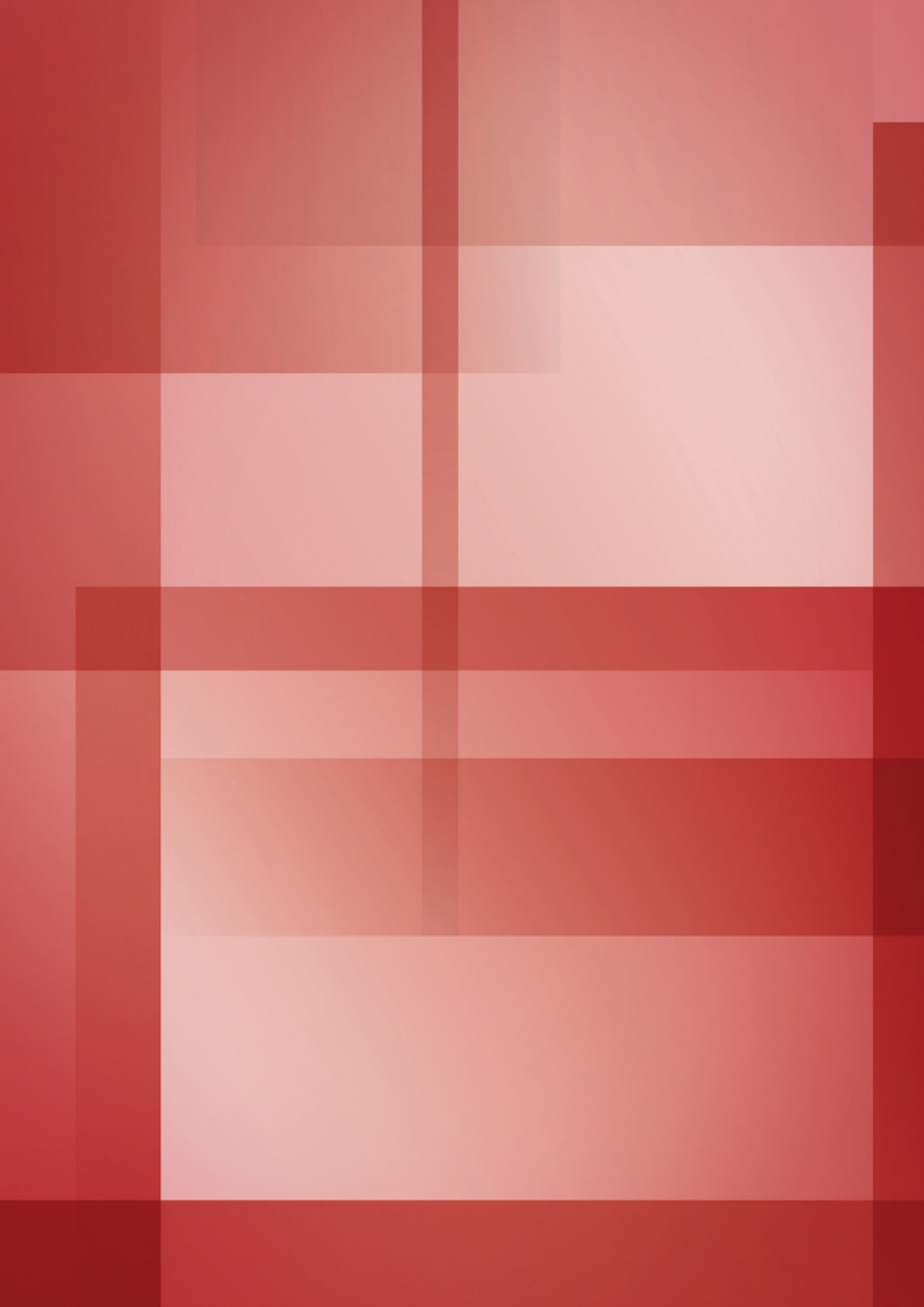
Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC

Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992

sac@cni.org.br

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Gráfico 1 – Evolução da Pauta Mínima – 2011 x 2012, 13
- Gráfico 2 – Evolução da Agenda Legislativa – 2011 x 2012, 15
- Gráfico 3 – Resultados nas deliberações do Congresso Nacional (CD + SF) em 2012, 15
- Gráfico 4 – Resultados nas deliberações de Comissões e Plenário da Câmara dos Deputados em 2012, 16
- Gráfico 5 – Resultados nas deliberações de Comissões e Plenário do Senado Federal em 2012, 16
- Gráfico 6 – Posicionamento nas Agendas Legislativas, 17
- Gráfico 7 – Agendas Legislativas – Interesse Setorial, 18
- Gráfico 8 – Agendas Legislativas – Interesse Setorial: posicionamento, 18
- Gráfico 9 – Autoria das Leis Ordinárias (excluídas as leis de matéria orçamentária), 19
- Gráfico 10 – Proposições acompanhadas transformadas em Leis Ordinárias de 1995 a 2012, 20
-
- Quadro 1 – Pauta Mínima, 27
- Quadro 2 – Posicionamento por tema – Pauta Mínima, 28
- Quadro 3 – Posicionamento por tema – Geral, 28



LISTA DE SIGLAS

CD	Câmara dos Deputados
SF	Senado Federal
CN	Congresso Nacional
MPV	Medida Provisória
PDC	Projeto de Decreto Legislativo tramitando na Câmara dos Deputados
PDS	Projeto de Decreto Legislativo tramitando no Senado Federal
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei Ordinária tramitando na Câmara dos Deputados
PLC	Projeto de Lei da Câmara tramitando no Senado Federal
PLS	Projeto de Lei Ordinária tramitando no Senado Federal
PLS-C	Projeto de Lei Complementar tramitando no Senado Federal
PLP	Projeto de Lei Complementar tramitando na Câmara dos Deputados
PLV	Projeto de Lei de Conversão

Comissões da Câmara dos Deputados

CAINDR	Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional
CAPADR	Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
CDC	Comissão de Defesa do Consumidor
CDEIC	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
CDHM	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CDU	Comissão de Desenvolvimento Urbano
CEC	Comissão de Educação e Cultura
CESP	Comissão Especial
CFFC	Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CLP	Comissão de Legislação Participativa
CMADS	Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CME	Comissão de Minas e Energia
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
CSPCCO	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
CSSF	Comissão de Seguridade Social e Família
CTASP	Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
CTD	Comissão de Turismo e Desporto
CVT	Comissão de Viação e Transportes

Comissões do Senado Federal

CAE	Comissão de Assuntos Econômicos
CAS	Comissão de Assuntos Sociais
CCT	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CDH	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CDR	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CE	Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CI	Comissão de Serviços de Infraestrutura
CMA	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRA	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária
CRE	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Comissões do Congresso Nacional

CMIST	Comissão Mista
CMO	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
CPCM	Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

SUMÁRIO

Apresentação

Introdução, 13

Balanço positivo da Pauta Mínima, 13

Panorama de todos os projetos da Agenda Legislativa da Indústria de 2012, 14

Um novo perfil, 17

Legislativo atuante, 19

Movimentações da Pauta Mínima, 21

Movimentações de mérito, 21

Movimentações processuais, 23

Projetos sem movimentação, 24

Quadros comparativos, 27

Pauta Mínima, 29

Proposições com posição convergente, 30

Proposições com posição convergente com ressalvas, 33

Proposições com posição divergente, 36

Demais proposições, 39

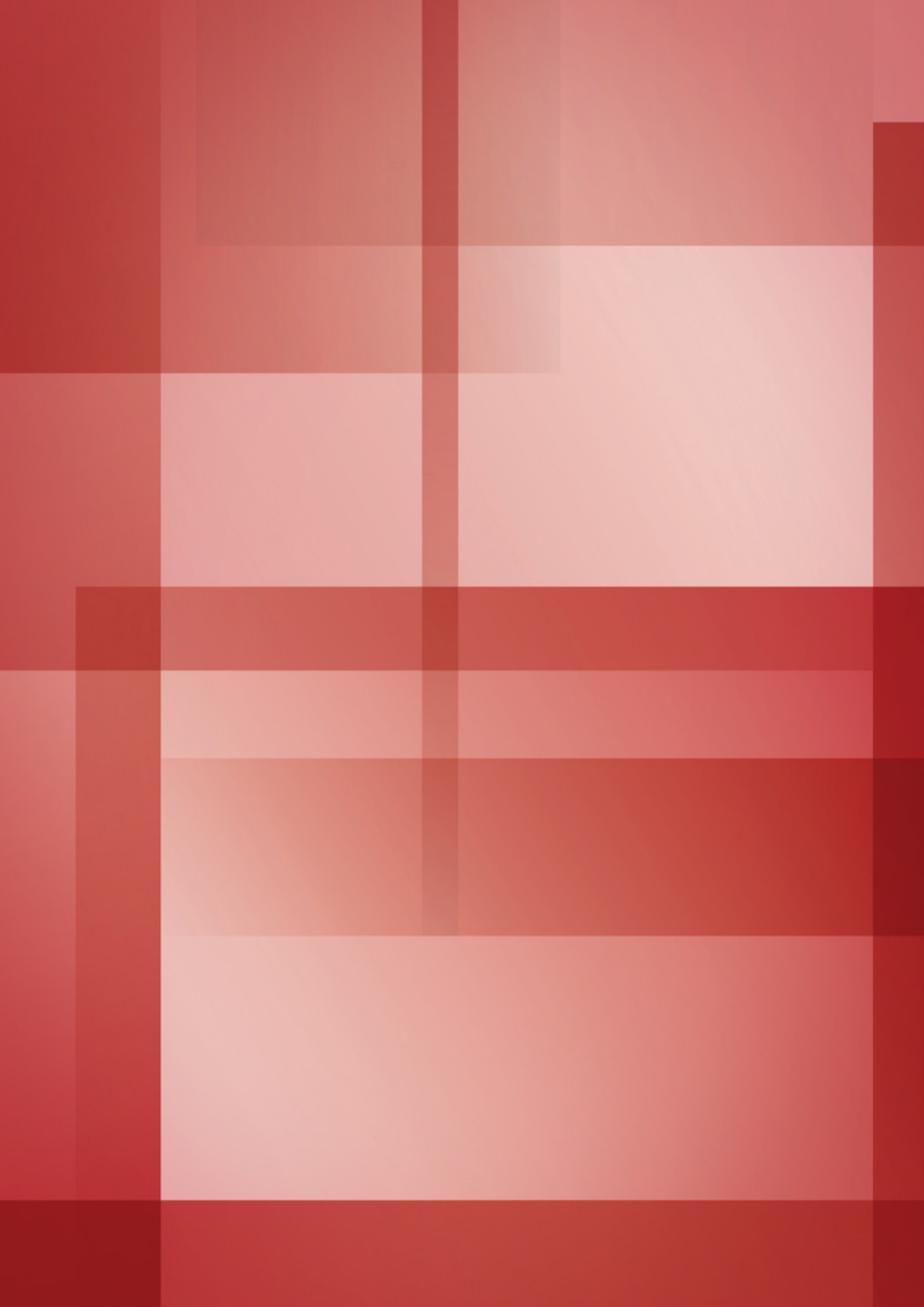
Proposições com posição convergente, 40

Proposições com posição convergente com ressalvas, 57

Proposições com posição divergente com ressalvas, 68

Proposições com posição divergente, 73

Índice, 91



APRESENTAÇÃO

A CNI apresenta, neste ano, a sétima edição da publicação *Prestando Contas*, que avalia a movimentação das proposições legislativas incluídas na Agenda Legislativa da Indústria.

O objetivo é atualizar não somente a tramitação dos projetos, mas também os respectivos conteúdos, ressaltando as inovações e os aprimoramentos de textos resultantes do processo de apreciação, discussão e conclusão pelos parlamentares.

Embora as atividades legislativas tenham sido influenciadas pelo contexto especial de um ano eleitoral, houve importantes deliberações do Congresso Nacional após o lançamento da Agenda Legislativa da Indústria de 2012.

Merecem destaque as seguintes decisões em projetos da Pauta Mínima:

- aprovação do Código Florestal, mesmo considerando os vetos e a edição de uma medida provisória que volta ao tema;
- retirada de tramitação do PL nº 3.155/2012, que tratava da incidência de tributação sobre investimentos estrangeiros em títulos públicos e da distribuição de lucros e dividendos, além da extinção da dedução dos juros sobre capital próprio para efeito de cálculo do lucro real; e
- aprovação do PRS nº 72/2010, que uniformizou alíquotas interestaduais de ICMS sobre produtos importados, acabando com a "Guerra dos Portos".

Adicionalmente, propostas importantes para a construção de um ambiente de negócios favorável à competitividade da indústria brasileira tiveram movimentação no primeiro semestre. Isso ocorreu em proposições sobre diversos temas, como desoneração tributária, relações de trabalho e questões ambientais.

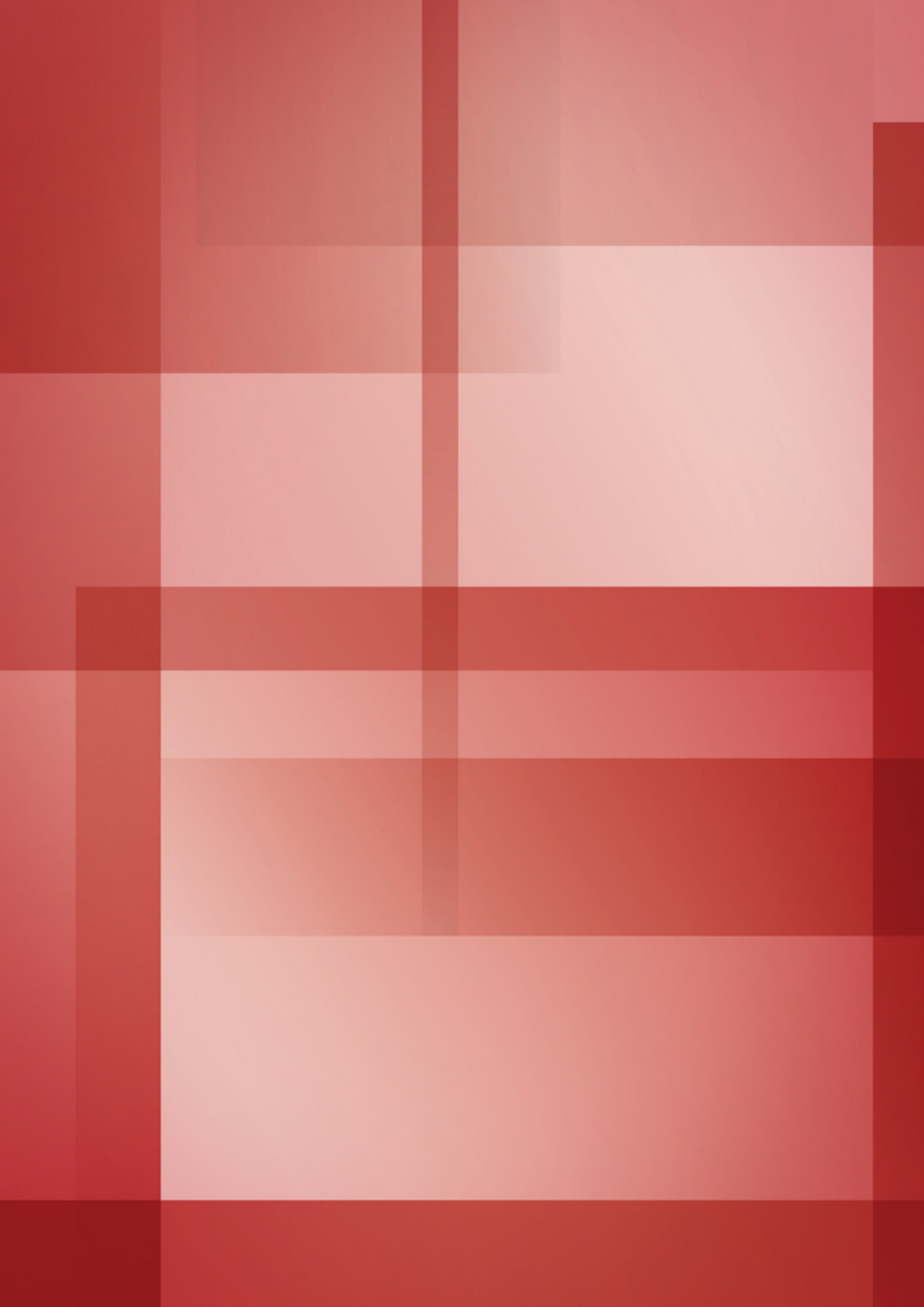
É possível destacar os estímulos da segunda etapa do Plano Brasil Maior previstos nas Medidas Provisórias nº 563 e nº 564, como o desconto no IPI dos automóveis e outros bens de consumo; o Reintegra, que devolve a exportadores dos setores contemplados o equivalente a uma parcela de seu faturamento; e o Reporto, que estabelece incentivos a equipamentos portuários para modernização da infraestrutura.

No segundo semestre, o Congresso Nacional somente terá sessões deliberativas em algumas semanas de agosto e setembro, quando haverá um esforço concentrado com foco na aprovação de medidas provisórias. Após o período eleitoral, os trabalhos legislativos devem se intensificar a partir da segunda quinzena de novembro, já sob a influência da nova correlação de forças resultante das eleições.

Nesse cenário de produção legislativa reduzida, aguardamos para o segundo semestre, na Câmara dos Deputados, a entrada em pauta e a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça, do PL nº 4.330/2004, que regulamenta a terceirização — o relator da proposta se comprometeu a apresentar um texto de consenso para votação.

Outra expectativa para o segundo semestre é a votação do PLP nº 378/2006 na Câmara dos Deputados ou do PLS-C nº 198/2006 no Senado Federal, que tratam da extinção da contribuição adicional de 10% do FGTS. Esse é um tema importante para reduzir os custos desnecessários do trabalho no Brasil.

Robson Braga de Andrade
Presidente da CNI



INTRODUÇÃO*

A publicação *Prestando Contas* busca informar à base industrial sobre o andamento das proposições legislativas priorizadas na Agenda Legislativa da Indústria. Isso é feito por meio de análise da atuação do Congresso Nacional na discussão e deliberação sobre tais proposições.

A presente edição do *Prestando Contas*, balanço do primeiro semestre da tramitação dos projetos nas duas Casas do Congresso, com foco nas propostas de interesse da indústria, registra dados bastante positivos.

BALANÇO POSITIVO DA PAUTA MÍNIMA

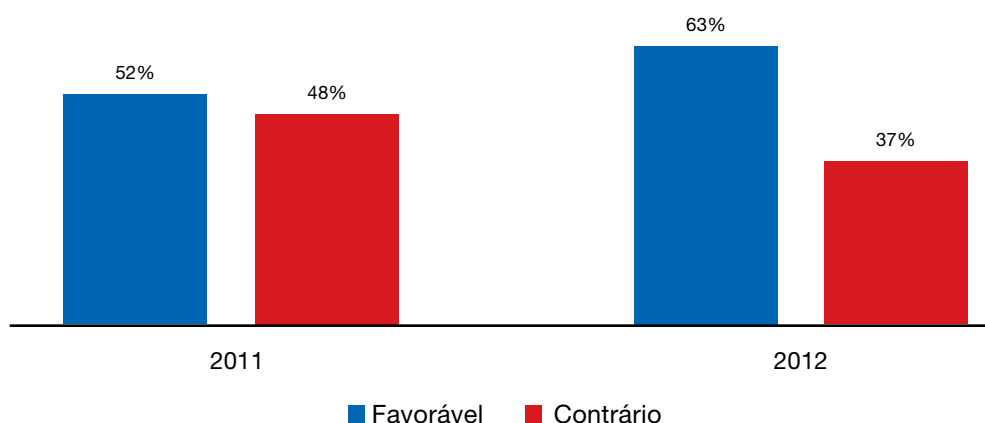
Se ano eleitoral costuma naturalmente desmobilizar o Congresso, em particular no segundo semestre, essa provável desaceleração foi satisfatoriamente compensada nesses primeiros seis meses, como mostra o andamento da Pauta Mínima.

Como se sabe, a Pauta Mínima lista as propostas que a indústria considera de alto impacto, positivo ou negativo, no ambiente de negócios. A versão deste ano contempla 16 projetos, entre os 131 que integram a Agenda Legislativa da Indústria 2012.

A Pauta Mínima se movimentou bem no primeiro semestre. A movimentação pode ser de mérito, quando há votações sobre o conteúdo, ou processual, quando há alterações na tramitação do projeto.

Nada menos do que 63% da Pauta Mínima (*gráfico 1*) se movimentou de acordo com os interesses da indústria este ano, contra 52% da Pauta Mínima de 2011 no primeiro semestre do ano passado. Três projetos foram finalizados. Como se verá adiante, dois viraram lei – o Código Florestal e o que extingue a Guerra dos Portos – e foi retirado pelos próprios autores um terceiro, que tributava lucros, dividendos e investimentos estrangeiros e tinha a oposição da CNI.

Gráfico 1 – Evolução da Pauta Mínima – 2011 x 2012



*Os dados utilizados neste trabalho se referem a levantamento finalizado em 15/07/2012.

PANORAMA DE TODOS OS PROJETOS DA AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA DE 2012

Quando analisamos o total de projetos da Agenda Legislativa, 131 proposições, constata-se a similaridade dos resultados das movimentações dos projetos das Agendas Legislativas de 2011 e de 2012. Os resultados favoráveis aos interesses industriais continuam prevalecendo no ano de 2012 (*gráfico 2*). No primeiro semestre de 2012, 53% dos projetos tiveram movimentação de acordo com os interesses da indústria frente a 55% do ano de 2011.

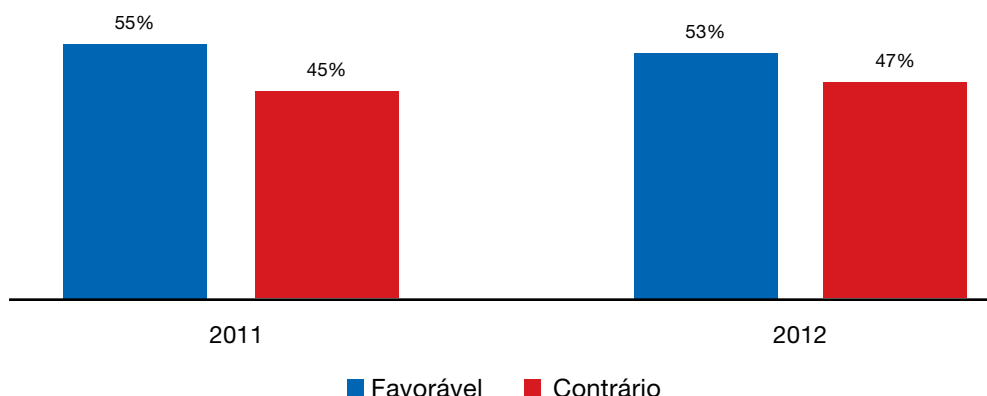
Deve ser destacada a deliberação da matéria contemplada no PL 4000/2008, que amplia o prazo para que as pessoas jurídicas protocolam projetos para empreendimentos enquadrados nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE. O projeto não apresentou movimentação, todavia seu conteúdo foi objeto da MPV 564/2012 que prorrogou por mais cinco anos o prazo para apresentação de projetos para desenvolvimento regional nas áreas da SUDAM e SUDENE, com redução do IR.

Outra deliberação importante foi a aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos. A CNI apoia a proposta, pois o atual sistema de previdência social dos servidores públicos traz enormes riscos para a sustentabilidade das contas públicas e o projeto aumenta a austeridade dos gastos públicos. O projeto foi sancionado e transformado na Lei Ordinária nº 12.618/2012, com vetos.

Uma movimentação relevante foi a aprovação do PLS 410/2009 na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. O projeto eleva de 30% para 50% o limite máximo para compensação dos prejuízos fiscais acumulados nos exercícios anteriores com o lucro apurado no exercício corrente para efeitos do IRPJ e da CSLL.

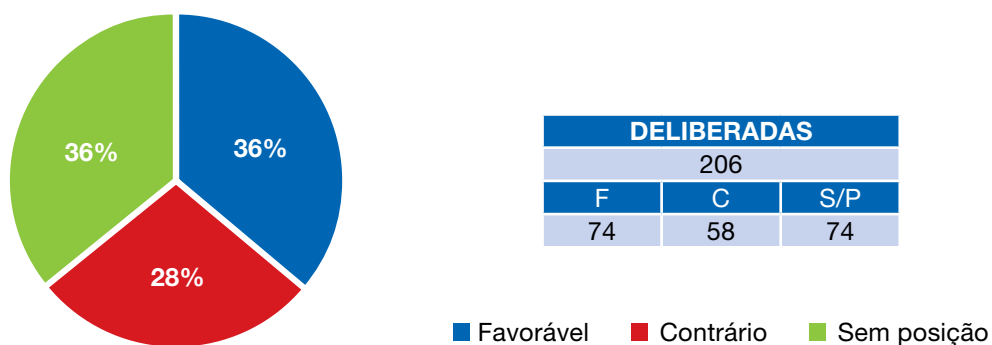
De todos os projetos da Agenda, apenas 20% tiveram movimentação processual ou de mérito contrário aos interesses da indústria (27 projetos). Assim, dos projetos que apresentaram resultados negativos (47%), 35 projetos (27%) permaneceram inalterados.

Gráfico 2 – Evolução da Agenda Legislativa – 2011 x 2012



Um total de 206 dos projetos acompanhados pela CNI foram votados na Câmara dos Deputados e no Senado este ano. Desse total, a CNI ainda não consolidou posicionamento em 74 desses projetos. Das demais 132 proposições, a posição da CNI dominou em 56%, o que representa 74 votações favoráveis (*gráfico 3*).

Gráfico 3 – Resultados nas deliberações do Congresso Nacional (CD + SF) em 2012



Outro dado igualmente positivo nesta metade de 2012 é o de que, nas comissões em que são discutidos temas de maior relevância para a indústria, tanto da Câmara quanto do Senado (*gráficos 4 e 5*), a maior parte dos projetos aprovados era alinhada com a visão do setor produtivo.

Gráfico 4 – Resultados nas deliberações de Comissões e Plenário da Câmara dos Deputados em 2012

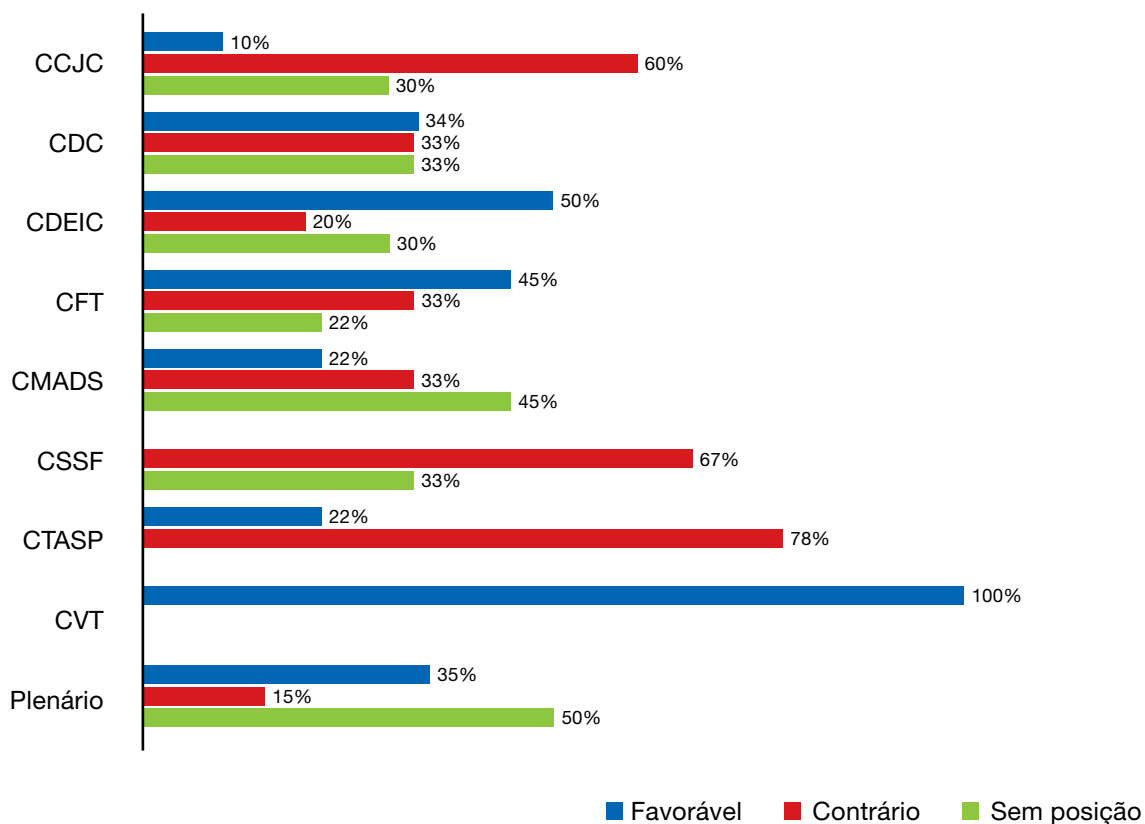
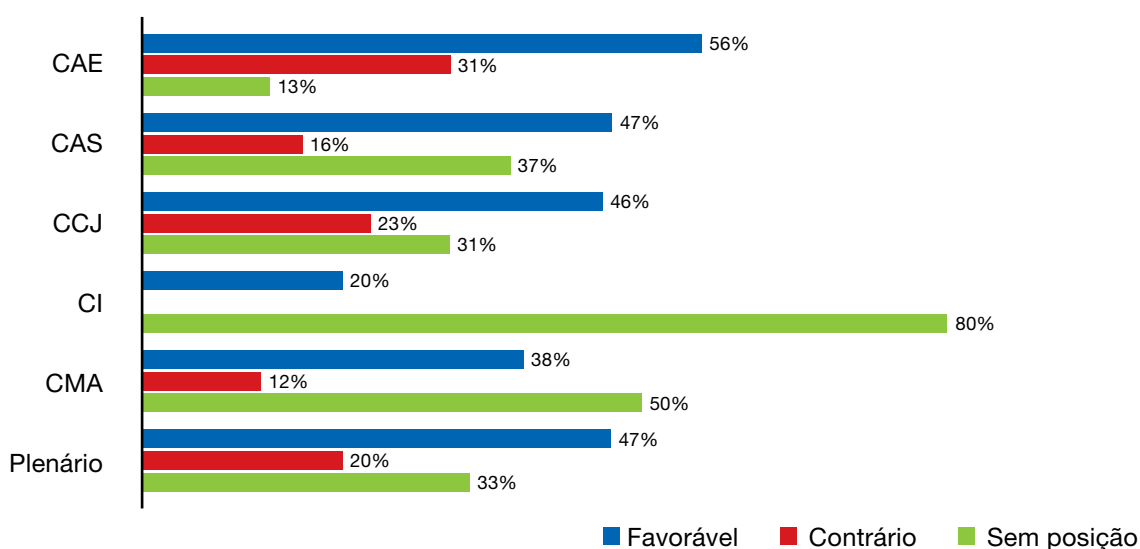


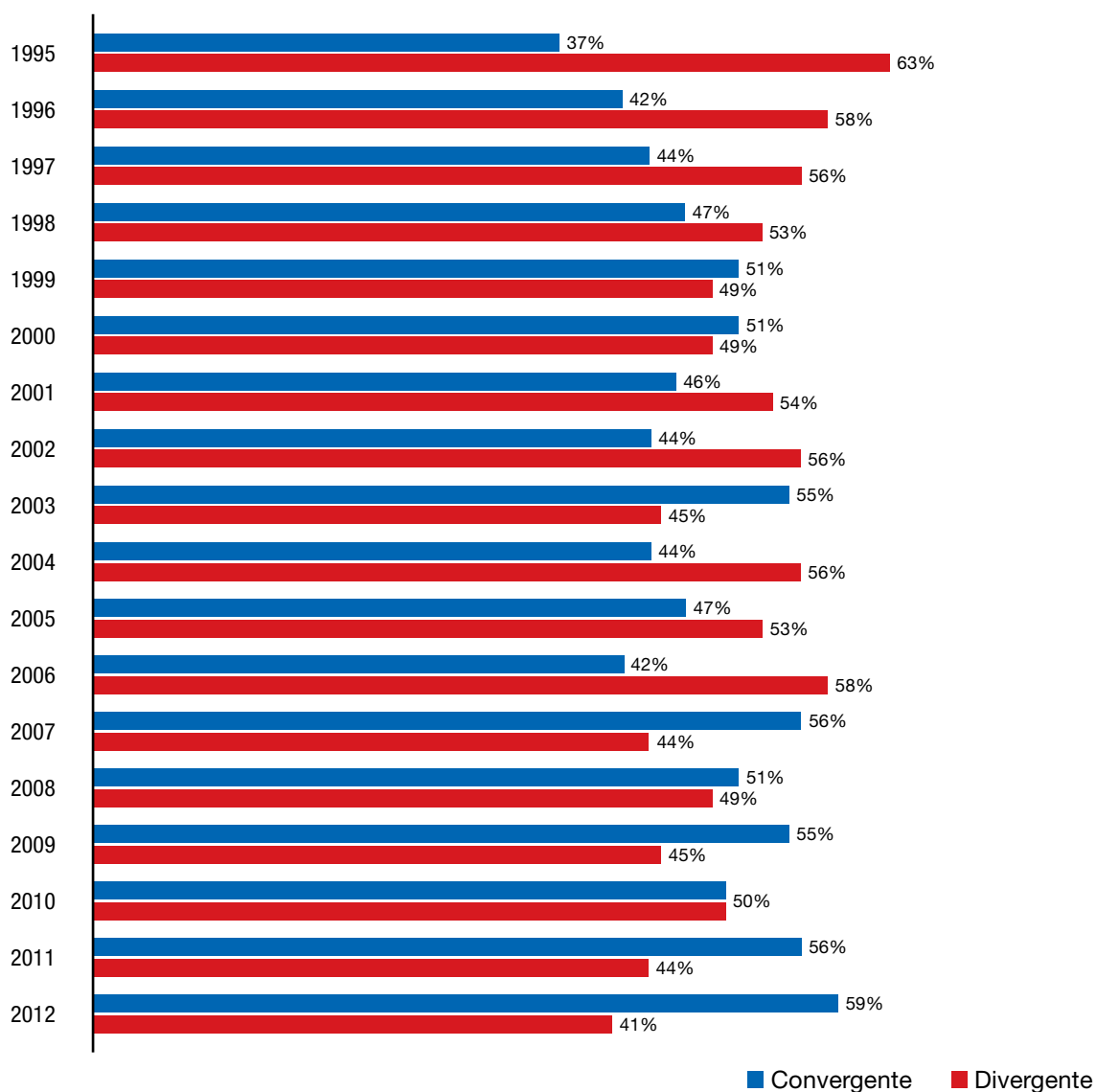
Gráfico 5 – Resultados nas deliberações de Comissões e Plenário do Senado Federal em 2012



UM NOVO PERFIL

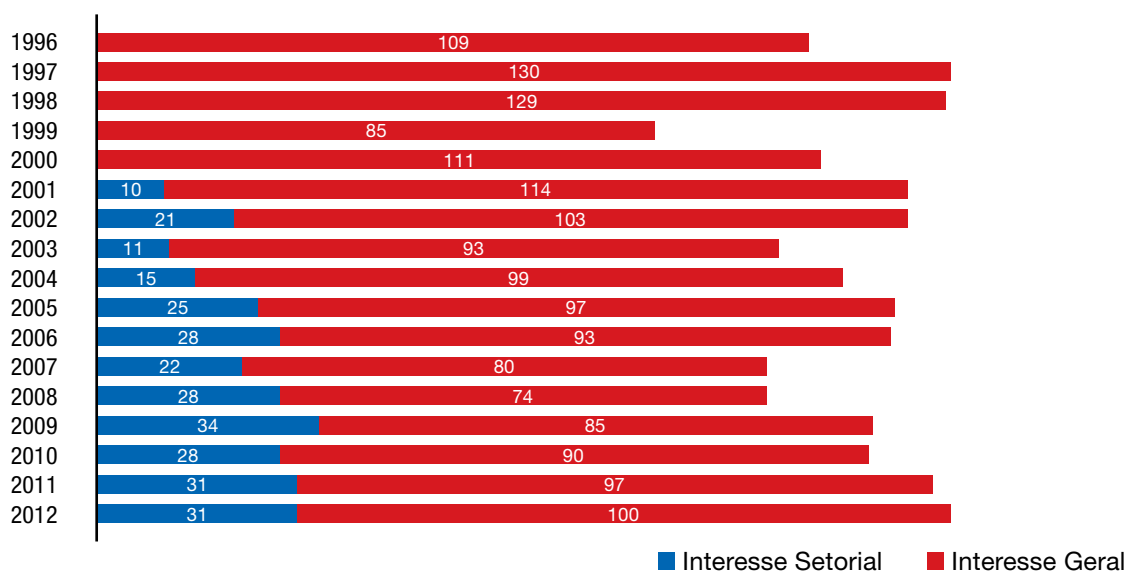
Como ocorreu no ano passado, a Agenda Legislativa foi mais propositiva e menos reativa em 2012 – ou seja, 59% dos seus projetos convergem com as posições do setor, contra os restantes 41% contrários aos interesses da indústria (gráfico 6).

Gráfico 6 – Posicionamento nas Agendas Legislativas



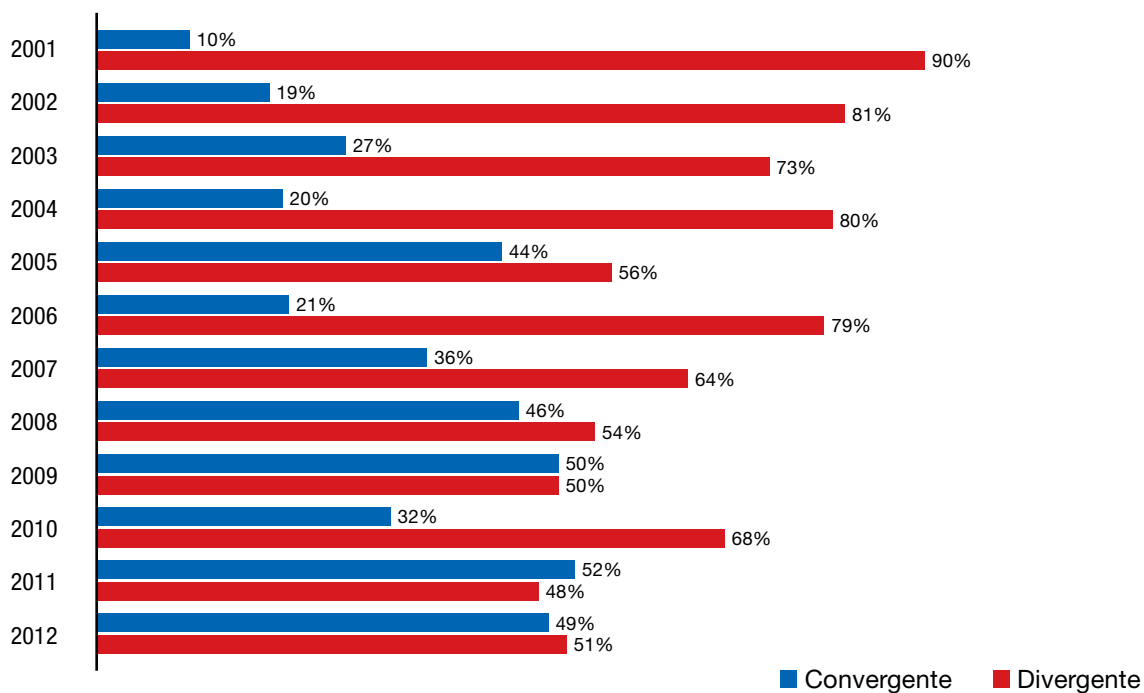
A Agenda Legislativa conta com projetos que impactam especificamente determinados setores da indústria. A inclusão desse tipo de proposição se deu em 2001 e, desde então, o número de proposições setoriais aumentou ao longo de sete anos. A partir de 2008, esse número estabilizou-se em 25% do total de projetos da Agenda Legislativa. Esse é um percentual considerado ideal, de modo a equilibrar a Agenda Legislativa com projetos de interesse setorial e outros de interesse geral, considerando que a Agenda reflete interesses comuns de todo setor empresarial brasileiro. Em 2011, dos 128 projetos constados na Agenda, 31 eram de interesse setorial. Em 2012, essa perspectiva permanece, com 31 projetos de interesse setorial, dos 131 presentes (gráfico 7).

Gráfico 7 – Agendas Legislativas – Interesse Setorial



Diferentemente do total de projetos da Agenda Legislativa, quando analisamos apenas os projetos de interesse setorial, é possível perceber uma pequena margem de prevalência de proposições consideradas contrárias pela CNI ao interesse da indústria. No entanto, apesar de ainda prevalecer esse caráter reativo, a Agenda setorial aproxima-se do equilíbrio (*gráfico 8*).

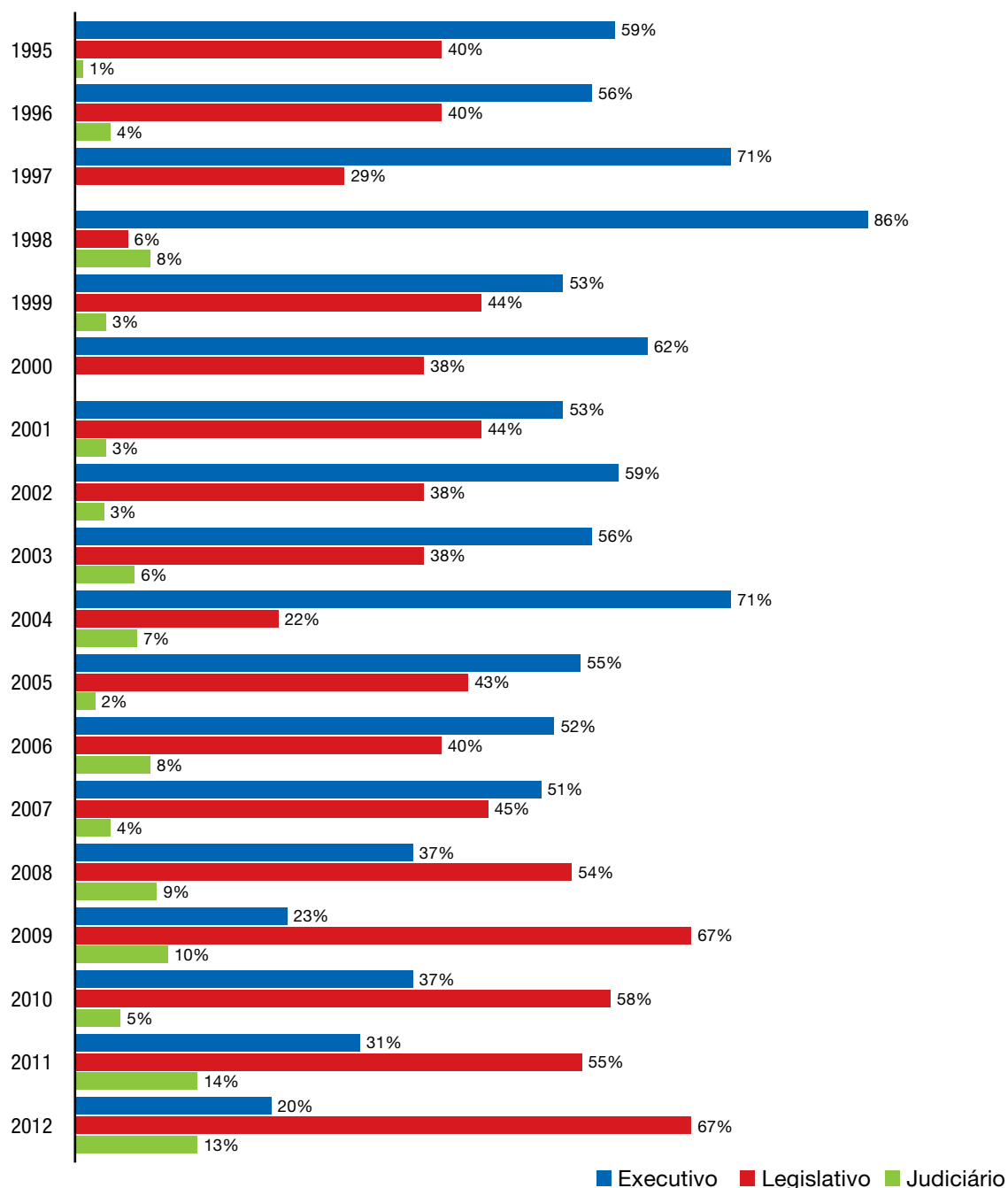
Gráfico 8 – Agendas Legislativas – Interesse Setorial: posicionamento



LEGISLATIVO ATUANTE

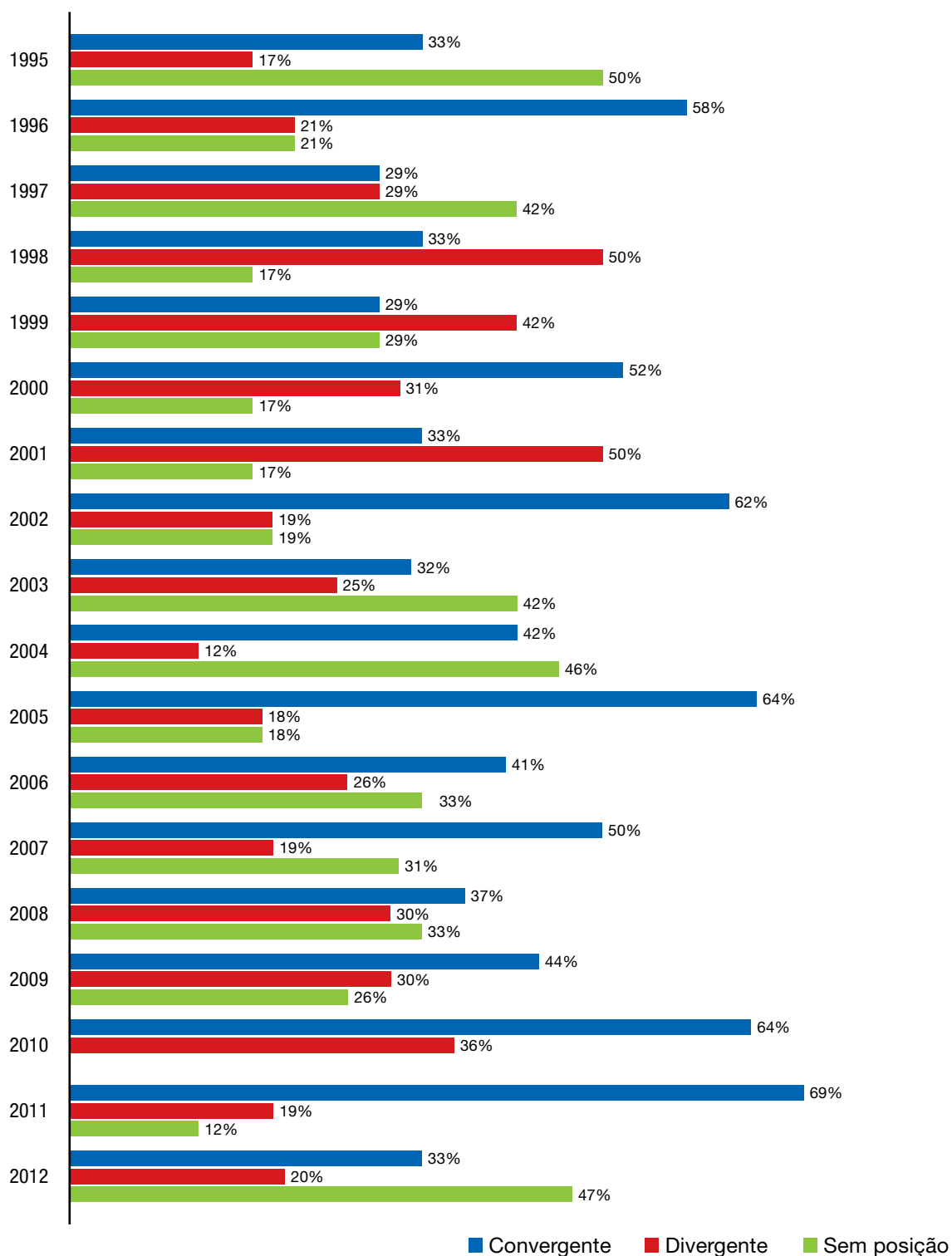
Destaque-se ainda que neste ano manteve-se a tendência, registrada pela primeira vez em 2008, pela qual a maioria dos projetos de leis ordinárias se origina do próprio Congresso e não mais do governo. Câmara e Senado respondem por 67% deles, cabendo ao Executivo o envio de 20%. (gráfico 9).

Gráfico 9 – Autoria das Leis Ordinárias (excluídas as leis de matéria orçamentária)



Nos últimos 18 anos, desde que a CNI elaborou sua primeira Agenda Legislativa, verifica-se que, à exceção de 1998, 1999 e 2001 (gráfico 10), a maioria dos projetos acompanhados pela entidade transformados em lei tinha posição favorável da indústria. Foi assim, por exemplo, em 2011, quando 69% das leis aprovadas eram originadas de projetos apoiados pela CNI.

Gráfico 10 – Proposições acompanhadas transformadas em Leis Ordinárias de 1995 a 2012



MOVIMENTAÇÕES DA PAUTA MÍNIMA

MOVIMENTAÇÕES DE MÉRITO

Destacam-se, a seguir, as movimentações de mérito de acordo com o interesse da indústria de projetos da Pauta Mínima:

a) Aprovação do PRS 72/2010, que fixa alíquota do ICMS Interestadual incidente sobre bens e mercadorias importadas do exterior.

Após intenso processo de negociação, o projeto que uniformiza alíquotas interestaduais de ICMS sobre produtos importados, foi aprovado e convertido na Resolução SF nº 13/2012. Originalmente o projeto estabelecia alíquota de 0% de ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importadas do exterior que não tivessem sido submetidos a processo de industrialização. O texto aprovado no Senado interrompe o favorecimento à importação em detrimento do produto nacional ao fixar alíquota uniforme de 4% para o ICMS nas operações interestaduais.

A fixação da alíquota em 4%, ao invés de 0%, ensejará a fiscalização no estado de desembaraço da mercadoria importada e ao mesmo tempo inviabilizará benefícios que prejudiquem a competitividade dos produtos nacionais.

A Resolução determina que a alíquota também será aplicada ao produto final, ainda que submetido a processo de transformação que tenha conteúdo de importação superior a 40%. O conteúdo de importação será definido como percentual correspondente ao quociente entre o valor da parcela importada do exterior e o valor total da operação de saída interestadual de mercadoria ou bem. O Confaz regulamentará a certificação do conteúdo de importação.

A CNI apoiou o projeto por considerar que a medida minimiza a situação de desigualdade entre as empresas brasileiras e suas concorrentes de outros países, acabando com a “guerra dos portos”. O sistema de concessão de benefícios fiscais a produtos importados expõe as empresas brasileiras a condições de competição desiguais, pois enquanto as empresas que produzem em território brasileiro são tributadas normalmente pelo ICMS, os incentivos fiscais fazem com que as importações sejam tributadas com alíquotas reduzidas afetando a produção da indústria nacional e a geração de empregos.

b) Aprovação do Novo Código Florestal pelo Congresso Nacional, transformado na Lei Ordinária nº 12.651/2012.

A aprovação do PL 1876/1999, projeto do Novo Código Florestal brasileiro, e sua conversão na Lei nº 12.651/2012, após sanção da Presidência da República, foi um dos avanços relevantes da Pauta Mínima. No texto final aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, destaca-se a confirmação da autonomia constitucional do município para disciplinar os limites e dimensões das APP em áreas urbanas por meio do seu Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) – esse ponto foi de fundamental importância para as pequenas e médias empresas, além do setor de construção civil, e algo que não havia sido assegurado nas etapas anteriores da tramitação.

Também relevante foi o fato de que foram mantidas algumas inovações promovidas no Senado, como a definição das atividades consideradas de utilidade pública e interesse social para efeitos da nova lei e a adoção de instrumentos econômicos de incentivo à manutenção e à recomposição de APP e RL – há vários setores da indústria que poderão se beneficiar da exceção dada às atividades de utilidade pública e desses incentivos econômicos. Foram, ainda, suprimidos os dispositivos relacionados à regulamentação

de outras matérias de natureza ambiental, como as Políticas Nacionais de Recursos Hídricos e de Mudança do Clima, que na opinião da CNI haviam sido incluídos indevidamente no Senado.

A CNI esteve presente nas discussões nas duas casas do Congresso Nacional e nas ações de defesa de interesse do setor produtivo, apoiando os aperfeiçoamentos que davam segurança jurídica ao texto, que facilitavam sua aplicação e que buscavam conciliar a preservação ambiental com o uso sustentável dos recursos naturais. Na transformação do projeto na Lei nº 12.651/2012, alguns dispositivos de interesse da indústria foram vetados pela Presidência da República, representando tanto novos avanços quanto um retrocesso – no caso, a possibilidade do município disciplinar as APPs urbanas por meio do PDOT. Não obstante, a CNI agora trabalha para que essa conquista seja restabelecida durante a apreciação pelo Congresso Nacional da MPV 571/2012, editada na mesma data da sanção do PL 1876/1999, uma vez que ela inclui novos dispositivos para suprir lacunas jurídicas deixadas pelos vetos.

c) Retirada de tramitação do PL 3155/2012, que tributava a distribuição de lucros e dividendos e investimentos estrangeiros.

O fim da tramitação do PL 3155/2012 foi uma importante conquista para o setor produtivo. O projeto da Pauta Mínima não contava com o apoio da indústria por possibilitar a incidência de tributação sobre investimentos estrangeiros em títulos públicos e sobre a distribuição de lucros e dividendos e que também extinguiu a dedução dos juros sobre capital próprio para efeito de cálculo do lucro real.

Atendendo a solicitação do próprio autor, a Mesa Diretora da Câmara retirou de tramitação a proposição. Entretanto, o projeto principal ao qual o PL 3155/2012 havia sido apensado, o PL 1418/2007, continua tramitando. O PL 1418/2007 dispõe apenas sobre a incidência de tributação sobre os rendimentos percebidos por investidores estrangeiros.

A distribuição do lucro é etapa final que tem início no investimento produtivo de risco. O aumento da tributação sobre a distribuição de lucros e dividendos estimularia os sócios a retirarem capital aplicado nas empresas, prejudicando o acesso a financiamentos fora do sistema bancário. Seria, portanto, proposta prejudicial à manutenção e criação de empresas. Além disso, os juros remuneratórios do capital próprio têm o propósito de permitir às empresas deduzirem, na determinação do lucro real, despesas financeiras pagas a seus sócios a título de remuneração dos recursos aportados como capital de risco. Equipara, portanto, esses aportes às despesas financeiras pagas aos sócios no caso de recursos aportados sob a forma de empréstimos e financiamentos.

d) Aprovação do PLS-C 198/2007, de conteúdo similar ao PLP 378/2006, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal (CCJ), que estabelece o término da contribuição adicional de 10% recolhida pelas empresas ao FGTS nas demissões sem justa causa.

Um dos avanços importantes da Pauta Mínima foi a aprovação na CCJ do PLS-C 198/2007, que trata de matéria semelhante ao PLP 378/2006. O parecer aprovado determina que a contribuição adicional de 10% será cobrada até 1º/06/2013, modificando o texto anterior que previa a cobrança até 31/07/2012. Já foi aprovado requerimento de urgência para análise do texto pelo Plenário do Senado Federal.

O PLP 378/2006, em razão da importância da matéria, foi remetido para a Câmara de Negociação de Desenvolvimento Econômico e Social, onde ficou acordado que a contribuição adicional será extinta na data da publicação da lei. O projeto aguarda inclusão na Ordem do Dia da Câmara dos Deputados.

A CNI tem posição convergente ao projeto, pois a manutenção desse adicional, criado em 2001 para ser provisório, não mais se justifica já que foram recuperados os recursos do FGTS gastos na atualização das contas determinada pelo Supremo Tribunal Federal nas perdas do Plano Verão e do Plano Collor I.

e) Aprovação do PDS 593/2010, de conteúdo similar ao PDC 2839/2010, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal (CAS), que susta efeitos de portaria do Ministério do Trabalho e Emprego, que institui o ponto eletrônico.

Outro avanço da Pauta Mínima nesse primeiro semestre foi a aprovação do PDS 593/2010 pela Comissão de Assuntos Sociais. Agora, o projeto aguarda apreciação pela Comissão de Direitos Humanos, que já realizou audiência pública para instruir a matéria.

Os projetos sustentam os efeitos da Portaria nº 1.510 do Ministério do Trabalho e Emprego, de 21 de agosto de 2009, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto.

A portaria do MTE é objeto de severas críticas tanto dos empregadores como dos trabalhadores, pois não foi precedida de diálogo entre empregadores, trabalhadores e Poder Executivo, tampouco de estudo técnico acerca de eventuais problemas relativos ao controle da jornada de trabalho. A sustação dos efeitos da portaria é o caminho mais adequado para que se busque solução normativa apropriada ao tema do controle da jornada de trabalho.

MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS

Os projetos apoiados pela indústria apresentaram as seguintes movimentações processuais:

a) PL 3268/12, que estabelece a compensação de créditos apurados pelo contribuinte com débitos próprios, relativos a quaisquer impostos e contribuições, inclusive previdenciárias, administradas pela Receita Federal.

Ao permitir a compensação de saldos credores de tributos federais com débitos com a Previdência Social, o projeto equaciona o problema enfrentado pelas empresas, notadamente as exportadoras, referente ao acúmulo de saldos credores de tributos federais que representa aumento de custos e perda de competitividade dos produtos brasileiros em relação aos produzidos no exterior.

O projeto foi distribuído em 20 de março na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) ao deputado Cláudio Puty (PT/PA), que ainda não apresentou seu parecer.

b) PL 2011/2011, que estabelece novos limites de receita bruta para apuração do imposto de renda pelo regime de lucro presumido.

A CNI é convergente ao projeto e atuou ativamente para inclusão da matéria na pauta da Comissão de Finanças e Tributação.

A correção de valores proposta pelo projeto é medida de justiça fiscal, pois os limites de receita defasados prejudicam as empresas pequenas e médias enquadradas pelo regime de lucro presumido na apuração do Imposto de Renda. Pela legislação vigente, essas empresas são tratadas pelo Fisco, na prática, como de grande porte, com taxação mais elevada e procedimento burocrático no pagamento de impostos.

Em relação aos projetos de posicionamento divergente, apresentou movimentação processual:

c) PL 7206/2010, que altera a Lei de Benefícios da Seguridade Social, determinando, entre outros dispositivos, ser suficiente para a caracterização de acidente do trabalho que a perícia médica do INSS relacione a atividade da empresa à ocorrência da doença.

Apesar da CSSF ainda não ter analisado o projeto, houve designação de nova relatoria. O deputado Laércio Oliveira (PR/SE) ainda analisa o projeto para emitir seu parecer.

A CNI é contrária ao PL 7206/10 por dispensar comprovação da causalidade entre a doença do empregado e o trabalho por ele executado. Segundo a CNI, se aprovadas as mudanças de caracterização de acidente de trabalho, haverá notificações de doenças ocupacionais inexistentes e serão ignoradas pré-disposições genéticas.

PROJETOS SEM MOVIMENTAÇÃO

Entre os projetos da Pauta Mínima apoiados pela CNI, não apresentaram movimentação no primeiro semestre:

a) PL 6530/2009, que estabelece o regime de crédito financeiro na apuração do IPI e do PIS/COFINS. O projeto corrige uma das principais distorções do sistema tributário brasileiro. Além do Brasil, apenas Haiti e Costa Rica adotam o sistema de crédito físico, no qual não se permite a utilização, como crédito, dos valores recolhidos ao longo da cadeia produtiva referente à aquisição de bens ou serviços que não integrem diretamente o processo produtivo. A CNI vê no projeto a possibilidade, tão reivindicada e perseguida pelo setor produtivo, de desonerar os investimentos, um dos mecanismos mais perversos contra a competitividade das empresas brasileiras.

b) PL 3401/2008, que disciplina a responsabilização de sócios e executivos pelo pagamento das dívidas das empresas. A proposta merece apoio por estabelecer rito procedimental específico para a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica. Como destaque, a proposição garante a ampla defesa prévia a qualquer decisão, impossibilidade de aplicação do instituto ante a mera inexistência ou insuficiência de patrimônio da pessoa jurídica e a impossibilidade de decretar a desconsideração de ofício.

c) PLC 32/2007, que estabelece novas regras para licitações. A CNI considera que as linhas gerais do projeto conferem maior rapidez, transparência e impessoalidade ao julgamento das licitações públicas. A demora nos processos licitatórios aumenta custos e investimentos. Há várias inovações positivas no projeto, tais como a “publicação digital” no site oficial, a criação do Cadastro Nacional de Preços e a dispensa de licitação para os contratos voltados para o desenvolvimento tecnológico. São necessárias, porém, diversas mudanças no texto, especialmente em três pontos: (i) obrigatoriedade de pregão para a contratação de obras de engenharia, até 3,4 milhões; (ii) garantia adicional; (iii) inversão de fases na licitação.

d) PL 3337/2004, que estabelece a lei geral das agências reguladoras. Apesar de ser frequentemente citado pelo Poder Executivo como uma de suas prioridades, o projeto não tem sido objeto de movimentação. A última minuta de substitutivo apresentada pela relatora, dep. Cida Borghetti, avança no sentido de garantir autonomia orçamentária às agências e não prever subordinação dessas em relação aos ministérios. Entretanto, é imprescindível que os instrumentos de outorga permaneçam como atribuições das agências, pois refletem componentes eminentemente técnicos, o que garante maior estabilidade de regras, impedindo que orientações políticas de sucessivos governos impactem demasiadamente no setor regulado.

e) PL 4330/2004, que regulamenta a terceirização. A CNI tem posição convergente ao projeto. Ao instituir uma base legal para o trabalho terceirizado, o projeto elimina a insegurança jurídica causada pelas diferentes interpretações do contrato de terceirização nos tribunais trabalhistas. A terceirização baseia-se na especialização e permite às empresas tomadoras de serviços se concentrarem em atividades que fazem seu modelo de negócio funcionar com mais eficiência. No entanto, não deve ser confundida com precarização das relações de trabalho, que não decorre da forma de contratação.

O substitutivo aprovado pela CTASP, em 2011, mantém a responsabilização subsidiária do tomador de serviços, já prevista na Súmula 331, e supera a dicotomia entre atividade-meio e atividade-fim, ao possibilitar a contratação de serviços terceirizados para qualquer atividade da empresa.

Em decorrência da importância do tema, foi criada uma comissão de estudos – Comissão Especial do Trabalho Terceirizado no Brasil. No primeiro semestre desse ano, a Comissão Especial aprovou o parecer do relator que, dentre outros aspectos: estabelece que os serviços especializados de qualquer natureza poderão ser objeto de terceirização; mantém a responsabilidade subsidiária da contratante (estabelecendo critérios para a fiscalização do cumprimento de obrigações pela contratada); delimita parâmetros para a terceirização no setor público e exige, por parte da empresa prestadora de serviços, uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

O parecer aprovado na Comissão Especial foi encaminhado para o relator na CCJC, deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB/BA).

Por outro lado, também permaneceram sem alteração processual no primeiro semestre três projetos da Pauta Mínima que a CNI entende serem prejudiciais à economia brasileira:

f) PEC 231/1995, que reduz de 44 para 40 horas semanais a jornada de trabalho e eleva o adicional da hora extra de 50% para 75% da hora normal de trabalho. Tal medida elevará os custos diretos da folha de pagamento, além de amplificá-los em cada etapa da cadeia produtiva, afetando a criação e manutenção do emprego em razão da busca, pelas empresas, de medidas alternativas, como a automação, redução da produção ou a intensificação do trabalho no quadro de empregados existentes, para reduzir ou manter os custos da produção.

A CNI entende que a imposição da redução da jornada e o aumento do valor da hora extra é inoportuna diante da desaceleração do ritmo da atividade industrial. Além disso, a redução da jornada de trabalho deve ser negociada em acordos coletivos, caso a caso, e não generalizada por imposição legal.

O projeto continua sendo analisado por uma câmara de negociação composta exclusivamente por deputados e cujo objetivo é buscar um consenso mínimo sobre a PEC 231/1995.

g) MSC 59/2008, que ratifica a Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), estabelecendo restrições à dispensa imotivada. Entre outros dispositivos, proíbe a dispensa do trabalhador por comportamento ou desempenho antes da possibilidade de defesa e permite recurso contra esse tipo de dispensa à Justiça do Trabalho.

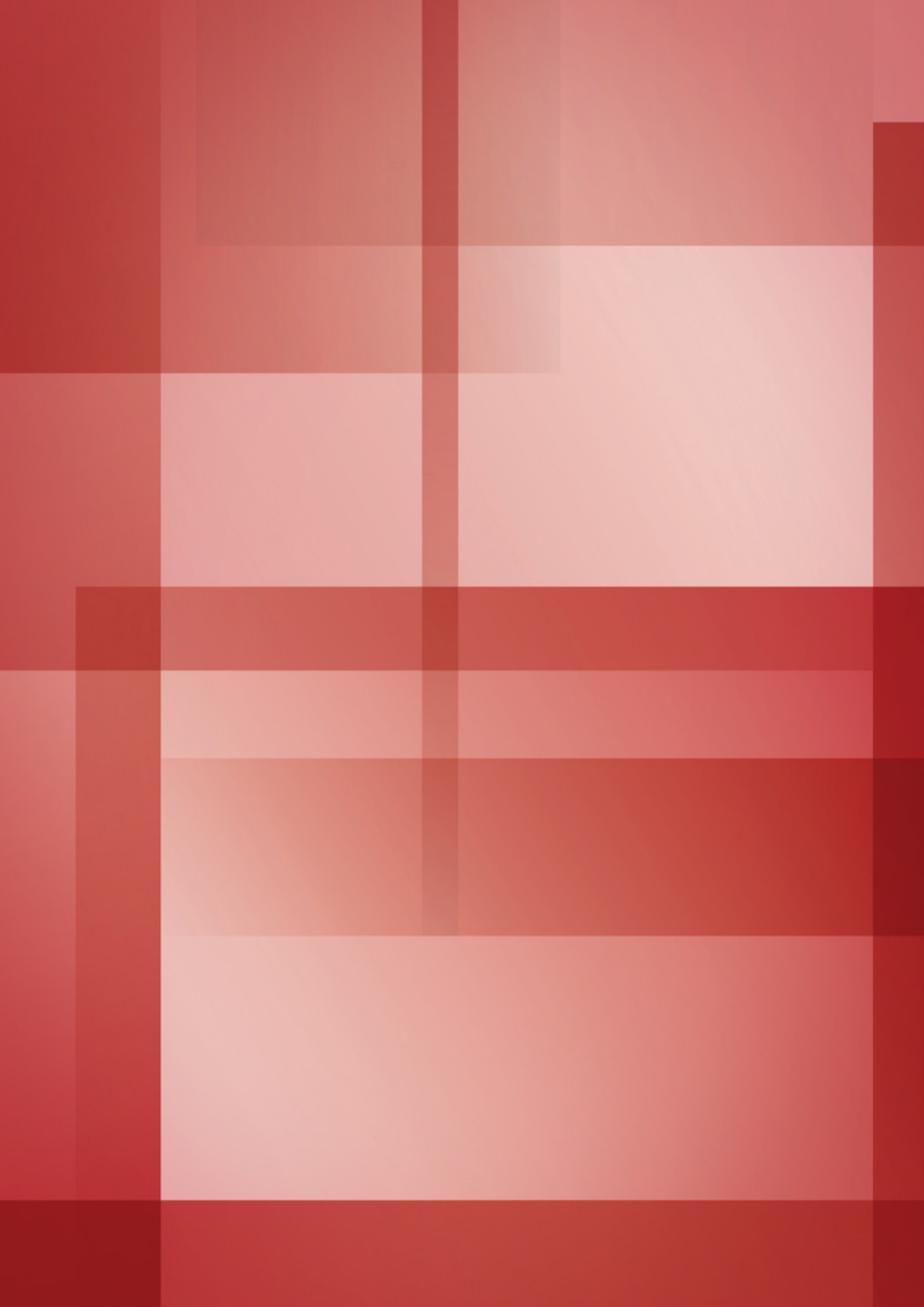
A CNI assinala que a Convenção 158 da OIT está em descompasso com as práticas do mundo globalizado, que exigem agilidade e renovações contínuas de pessoal para acompanhar as inovações tecnológicas e a modernização da produção. Alega, ainda, que o Brasil já dispõe de um bom sistema de proteção ao trabalhador, como o aviso prévio, o seguro-desemprego e a multa de 40% no saldo do FGTS nas dispensas sem justa causa.

h) PL 3729/2004, que disciplina o processo de licenciamento ambiental, bem como regulamenta o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) e institui a Taxa de Licenciamento Ambiental Federal.

O posicionamento da CNI é divergente ao projeto porque ele não traz regras que tornem mais racional e ágil o processo de licenciamento ambiental, nem inova com relação às normas existentes. Como agravante, a proposta traz insegurança jurídica ao determinar competências aos entes federativos no licenciamento ambiental que conflitam com as estabelecidas pela recém-sancionada Lei Complementar 140/2011. Por fim, o projeto incorre em dupla incidência tributária ao prever como fato gerador para a taxa de licenciamento o mesmo utilizado para o cálculo da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), em vigor, quando é fato que o empreendedor já paga valores significativos em taxas cobradas pelos órgãos ambientais durante o licenciamento ambiental.

O setor produtivo entende ser necessária uma lei federal que estabeleça diretrizes e critérios gerais e comuns para o licenciamento ambiental em todo o país, mas tal projeto deveria aprimorar as normas existentes ao invés de introduzir regras que conferem ampla discricionariedade ao órgão licenciador.

**CONTINUE ACOMPANHANDO A EVOLUÇÃO DOS PROJETOS DA AGENDA LEGISLATIVA DA
INDÚSTRIA E O BALANÇO SEMESTRAL DAS AÇÕES DE DEFESA DE INTERESSES DA CNI NO
PODER LEGISLATIVO EM WWW.AGENDALEGISLATIVACNI.COM.BR.**



QUADROS COMPARATIVOS

QUADRO 1 – PAUTA MÍNIMA

PROJETO	POSICIONAMENTO	MOVIMENTAÇÃO
PL 3401/2008 – DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	C	INALTERADA
PLC 32/2007 – AGILIZAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC)	C/R	INALTERADA
PL 3729/2004 – NORMAS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL	D	INALTERADA
PL 1876/1999 – NOVO CÓDIGO FLORESTAL	C/R	MÉRITO
PL 7206/2010 – CRITÉRIO SIMPLIFICADO DE AFERIÇÃO DA NATUREZA ACIDENTÁRIA DA INCAPACIDADE LABORAL	D	PROCESSUAL
MSC 59/2008 – ADOÇÃO DA CONVENÇÃO 158 DA OIT	D	INALTERADA
PEC 231/1995 – REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO	D	INALTERADA
PDC 2839/2010 – SUSTA A PORTARIA DO MTE – REGISTRO ELETRÔNICO DE PONTO	C	MÉRITO ¹
PL 4330/2004 – REGULARIZAÇÃO DO TRABALHO TERCEIRIZADO	C	INALTERADA
PL 3337/2004 – LEI GERAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS	C/R	INALTERADA
PLP 378/2006 – EXTINÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL DE 10% DO FGTS	C	MÉRITO ²
PL 2011/2011 – AMPLIAÇÃO DO LIMITE DE RECEITA BRUTA PARA APURAÇÃO PELO REGIME DO LUCRO PRESUMIDO	C	PROCESSUAL
PL 3155/2012 – TRIBUTAÇÃO SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E DIVIDENDOS E INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS E NÃO-DEDUTIBILIDADE DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	D	MÉRITO
PL 3268/2012 – COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS ADMINISTRADOS PELA SRFB	C	PROCESSUAL
PL 6530/2009 – CRÉDITO FINANCEIRO DO IPI	C	INALTERADA
PRS 72/2010 – ALÍQUOTA ZERO DO ICMS PARA PRODUTOS IMPORTADOS	C/R	MÉRITO

1 O PDC 2839/2010, que susta portaria do MTE sobre Registro Eletrônico de Ponto, não apresentou movimentação. Contudo, o PDS 593/2010, que trata do mesmo assunto, foi aprovado na CAS do Senado.

2 O PLP 378/2006, que extingue a contribuição adicional de 10% do FGTS, não apresentou movimentação. Contudo, o PLS-C 198/2006, que trata do mesmo assunto, foi aprovado na CCJ do Senado.

QUADRO 2 – POSICIONAMENTO POR TEMA – PAUTA MÍNIMA

TEMA	C	C/R	Taxa de Convergência		D	D/R	Taxa de Divergência		Total / Temas
Regulamentação da Economia	1	1	100%		-	-	-		2
Meio Ambiente	-	1	50%		1	-	50%		2
Legislação Trabalhista	2	-	40%		3	-	60%		5
Infraestrutura	-	1	100%		-	-	-		1
Sistema Tributário	4	1	83%		1	-	17%		6
Subtotal	7	4	44%	25%	5	-	31%	-	16
TOTAL GERAL	11		69%		5		31%		

QUADRO 3 – POSICIONAMENTO POR TEMA – GERAL

TEMA	C	C/R	Taxa de Convergência		D	D/R	Taxa de Divergência		Total / Temas
Regulamentação da Economia	9	4	87%		2	-	13%		15
Questões Institucionais	-	3	60%		1	1	40%		5
Meio Ambiente	2	4	55%		3	2	45%		11
Legislação Trabalhista	8	2	31%		21	1	69%		32
Custo de Financiamento	1	-	100%		-	-	-		1
Infraestrutura	8	3	100%		-	-	-		11
Sistema Tributário	12	3	75%		5	-	25%		20
Infraestrutura Social	2	1	60%		1	1	40%		5
Interesse Setorial	8	7	48%		13	3	52%		31
Subtotal	50	27	38%	21%	46	8	35%	6%	131
TOTAL GERAL	77		59%		54		41%		131

PAUTA MÍNIMA



*PROPOSIÇÕES COM POSIÇÃO
CONVERGENTE*



REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

PL 3401/2008 do deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)

Institui procedimento judicial específico para desconconsideração da personalidade jurídica. O juiz não poderá decretar de ofício a desconconsideração da personalidade jurídica e deverá facultar aos requeridos, previamente à decisão, a oportunidade de satisfazer a obrigação, em dinheiro, ou indicar os meios pelos quais a execução possa ser assegurada. Impede, ainda, que os efeitos da desconconsideração atinjam bens particulares de membro, instituidor, sócio ou administrador que não tiver praticado ato abusivo.

A desconconsideração da personalidade jurídica, por ato da Administração Pública, será objeto de provisão judicial para sua eficácia em relação à parte ou a terceiros.

- Situação na Agenda: CD – CDEIC (aprovado o projeto com substitutivo); **CCJC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Danilo Forte – PMDB/CE, pela constitucionalidade e juridicidade do projeto)**. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

PDC 2839/2010 do deputado Arnaldo Madeira (PSDB/SP)

Visa sustar os efeitos da portaria 1.510/2009 do MTE que estabelece critérios e procedimentos para o registro eletrônico de ponto e obriga as empresas a utilizarem o Registrador Eletrônico de Ponto – REP.

- Situação na Agenda: CD – CTASP (aprovado o projeto), CCJC (**aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Fábio Ramalho – PV/MG, favorável ao projeto**) e Plenário. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

PL 4330/2004 do deputado Sandro Mabel (PL/GO)

Regulamenta o instituto da terceirização, atualmente disciplinada somente pela Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho.

- Situação na Agenda: **CD** – CDEIC (aprovado o projeto com emendas), CTASP (aprovado o projeto com emendas), **CCJC (aguarda parecer do relator, deputado Arthur Oliveira Maia – PMDB/BA)**. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

SISTEMA TRIBUTÁRIO

PLP 378/2006 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)

Extingue a contribuição adicional de 10%, incidente sobre os depósitos referentes ao FGTS, devida pelos empregadores em caso de despedida do empregado sem justa causa.



CONVERGENTE

No Senado, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou o PLS-C 198/2007, que trata da mesma matéria, com emenda que estabelece novo prazo para extinção do adicional em 1º/06/2013.

- Situação na Agenda: CD – CTASP (aprovado o projeto com substitutivo), CFT (aprovado o projeto com emendas), CCJC (aprovado o substitutivo da CTASP e a emenda da CFT) e **Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia)**. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

PL 2011/2011 (PLS 319/2009) do deputado Alfredo Cotait (DEM/SP)

Amplia o limite de receita bruta anual para opção pelo regime de tributação pelo lucro presumido para o valor, igual ou inferior, de 78 milhões no ano-calendário anterior, ou 6,5 milhões multiplicados pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 meses.

- Situação na Agenda: **CD – CFT (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Júlio César – DEM/PI, favorável ao projeto com substitutivo)** e CCJC.
- Situação Atual: Inalterada.

PL 3268/2012 (PLS 492/2007) do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

Permite a compensação de créditos apurados pelo contribuinte com débitos próprios, relativos a quaisquer impostos e contribuições, inclusive previdenciárias, administradas pela Receita Federal.

Autoriza que a compensação seja promovida por iniciativa do próprio contribuinte por meio da declaração de créditos e débitos, ou de ofício pelo Fisco, em até dois dias úteis.

- Situação na Agenda: SF – aprovado o projeto com emendas. CD – Mesa Diretora: aguardando despacho inicial.
- Situação Atual: SF – aprovado o projeto com emendas. **CD – CFT (aguarda parecer do relator, deputado Cláudio Puty – PT/PA)**, CCJC e Plenário.

PL 6530/2009 (PLS 411/2009) do senador Francisco Dorneles (PP/RJ)

Os bens adquiridos pela empresa para emprego em sua atividade produtiva e que tenham sido tributados pelo IPI e PIS/COFINS ensejarão crédito correspondente, compensando-se o que for devido relativamente aos produtos saídos do estabelecimento, em cada período, com o montante do imposto relativo aos produtos nele ingressados. O sujeito passivo poderá creditar-se do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de produtos, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive os destinados ao seu uso ou consumo ou ao ativo permanente (crédito financeiro de IPI e PIS/COFINS).

- Situação na Agenda: SF – aprovado o projeto com emendas. **CD – CFT (aprovado o projeto); e CCJC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Eduardo Cunha – PMDB/RJ, favorável ao projeto)**. SF.
- Situação Atual: Inalterada.



*PROPOSIÇÕES COM POSIÇÃO
CONVERGENTE COM RESSALVAS*



REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

PLC 32/2007 (PL 7709/2007) do Poder Executivo

Altera a Lei de Licitações para estabelecer a obrigatoriedade de utilização da modalidade pregão para todas as licitações do tipo menor preço, inclusive obras de engenharia, com valor até R\$ 3,4 milhões. Faculta, ainda, a inversão das fases da licitação, vedando-a para licitações de obras de valor superior a R\$ 3,4 milhões. Reajusta os valores limites das modalidades de licitação.

- Situação na Agenda: CD – aprovado o projeto com substitutivo. **SF** – CCJ (aprovado o projeto com substitutivo); CCT (aprovado o substitutivo da CCJ com emendas); CAE (aprovado o projeto com substitutivo) e **Plenário – aguarda inclusão na Ordem do Dia.**
- Situação Atual: Inalterada.

PL 1876/1999 (PLC 30/2011) do deputado Sérgio Carvalho (PSDB/RO)

Aprovado pela Câmara dos Deputados em abril, o projeto reforma o Código Florestal, atualizando as regras para a delimitação, proteção e supressão de vegetação de áreas de preservação permanente (APP) e para a delimitação e manutenção de áreas de reserva legal (RL). Ademais, cria regras para a regularização das situações de desconformidade com a lei anterior (desmatamentos não autorizados e descumprimento da exigência de RL) e para a manutenção de atividades consolidadas em APP, ambos até a data limite de 22/07/2008, e identifica as situações em que haverá a exigência de recomposição de APP e RL. A inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) são condições para a regularização e a suspensão das sanções imputadas até 2008.

Também introduz inovações, dentre as quais se destacam:

- autonomia para que os municípios disciplinem os limites das APPs em áreas urbanas por meio de seus Planos Diretores (PDOT) e leis de uso do solo (vetada pela Presidência da República e restabelecida parcialmente nos termos do texto do Senado na edição da Medida Provisória nº 571/2012);
- previsão, em lei, das atividades de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental passíveis de autorizações futuras de intervenção em APP;
- possibilidade de inclusão das APPs no cômputo do percentual obrigatório de RL na propriedade rural (parcialmente alterada, com nova condição, na edição da Medida Provisória nº 571/2012);
- criação do programa de incentivo à preservação e recuperação de APP e RL, adotando os instrumentos econômicos e a Cota de Reserva Ambiental (CRA);
- exceção da exigência de RL em propriedades adquiridas ou desapropriadas para fins de abastecimento público de água e tratamento de esgoto, projetos de energia elétrica e infraestrutura associada a rodovias e ferrovias;
- disposições transitórias para fins de regularização: (a) para cumprimento do requisito de manutenção de RL, foram incluídas as possibilidades de regeneração natural ou compensação (no último



caso, podendo ser em outro estado, desde que no mesmo bioma); (b) os proprietários que tenham suprimido vegetação nativa respeitando os percentuais de RL previstos pela legislação em vigor à época da supressão ficam dispensados de promover recomposição, compensação ou regeneração para percentuais exigidos no novo Código; (c) a recomposição de RL permite o plantio intercalado de espécies nativas e exóticas, em sistema agroflorestal, desde que a área recomposta com exóticas não exceda 50% do total.

- Situação na Agenda: CD – aprovado o projeto com substitutivo. SF – aprovado o projeto com substitutivo. CD (substitutivo do SF) – Tramita em regime de urgência: CESP (aguarda constituição) e Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia, pendente de parecer do relator, deputado Paulo Piau – PMDB/MG).
- Situação Atual: CD – aprovado o projeto com substitutivo. SF – aprovado o projeto com substitutivo. CD – aprovado o substitutivo do Senado Federal, com emendas. **Transformado na Lei Ordinária nº 12.651/2012, com vetos.**

INFRAESTRUTURA

PL 3337/2004 do Poder Executivo

Estabelece o marco regulatório das agências reguladoras. Transfere, para os ministérios, os atos relacionados ao poder de outorga (tais como celebração dos contratos de concessão e extinção do direito de exploração do serviço). Prevê expressamente a possibilidade de os ministérios delegarem tais atividades para as agências reguladoras. Garante autonomia financeira e orçamentária das agências, fixa regras para interação entre agências reguladoras e órgãos de defesa da concorrência e confere estabilidade aos dirigentes das agências.

- Situação na Agenda: **CD – apensado ao PL 2275/2003: CESP (aguarda constituição)** e Plenário. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

SISTEMA TRIBUTÁRIO

PRS 72/2010 do senador Romero Jucá (PMDB/RR)

Estabelece que a criação de unidades de conservação, e não apenas a sua alteração ou supressão, deverá necessariamente ser feita por lei.

- Situação na Agenda: SF – CCJ (aguarda parecer do relator, senador Ricardo Ferraço – PMDB/ES), CAE e Plenário.
- Situação Atual: SF – aprovado com substitutivo. **Transformado na Resolução do Senado Federal nº 13/2012.**



*PROPOSIÇÕES COM POSIÇÃO
DIVERGENTE*



MEIO AMBIENTE

PL 3729/2004 do deputado Luciano Zica (PT/SP)

Disciplina o processo de licenciamento ambiental e suas etapas, regulamenta o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) e institui a Taxa de Licenciamento Ambiental Federal. Define como empreendimentos potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente os assim considerados pelo licenciador, os incluídos em resolução do CONAMA e os estabelecidos pelos estados ou DF – os entes federados poderão estabelecer normas próprias, respeitados a regulamentação e o prazo máximo de manifestação conclusiva pelo licenciador não superior a seis meses. Cria a possibilidade de exigência de realização de auditorias ambientais periódicas e de contratação de seguro por dano ambiental pelo empreendedor, a critério do órgão licenciador.

- Situação na Agenda: **CD – CMADS (aguarda parecer do relator, deputado Valdir Colatto – PMDB/SC)**, CFT, CCJC e Plenário. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

PL 7206/2010 do deputado Ricardo Berzoini (PT/SP)

Amplia as possibilidades de caracterização da relação da doença e/ou incapacidade com as atividades desempenhadas pelo trabalhador. Determina, dessa forma, que a perícia médica do INSS considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar a relação epidemiológica entre a entidade mórbida e a natureza das atividades da empresa. Contudo, revoga dispositivo que dispõe que a perícia médica do INSS deixará de considerar caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando demonstrada a inexistência do nexos.

- Situação na Agenda: CD – CSSF (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Chico D'Angelo – PT/RJ, favorável ao projeto) e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – CTASP (aguarda designação de relatoria)**, CSSF, CFT e CCJC. SF.



MSC 59/2008 do Poder Executivo

Ratifica a Convenção 158 da OIT, que restringe a dispensa de empregado aos casos em que exista causa justificada relacionada com sua capacidade ou seu comportamento ou baseada nas necessidades de funcionamento da empresa, estabelecimento ou serviço. Prevê também a reintegração e indenização ao empregado caso a dispensa seja julgada injustificada por um órgão imparcial.

- Situação na Agenda: **CD** – CREDN (rejeitado o projeto), CTASP (rejeitado o projeto), **CCJC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Ricaro Berzoini – PT/SP, pela constitucionalidade e juridicidade do projeto)** e Plenário. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

PEC 231/1995 do deputado Inácio Arruda (PcdoB/CE)

Reduz a duração normal do trabalho de 44 para 40 horas semanais e eleva o percentual mínimo do adicional de remuneração do serviço extraordinário de 50% para 75%.

- Situação na Agenda: CD – CCJC (aprovado o projeto), CESP (aprovado o projeto) e **Plenário (aguarda inclusão em Ordem do Dia)**. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

SISTEMA TRIBUTÁRIO

PL 3155/2012 do deputado Paulo Teixeira (PT/SP)

Dispõe sobre a incidência de tributação sobre investimentos estrangeiros em títulos públicos e sobre a distribuição de lucros e dividendos. Também extingue a dedução dos juros sobre capital próprio para efeito de cálculo do lucro real.

- Situação na Agenda: CD – apensado ao PL 1418/2007: CFT (aguarda parecer do relator, deputado Cláudio Puty – PT/PA) e CCJC. SF.
- Situação Atual: **Retirado o projeto pelo autor. Ao arquivo.**

DEMAIS PROPOSIÇÕES



*PROPOSIÇÕES COM POSIÇÃO
CONVERGENTE*



CONVERGENTE

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

Direitos de Propriedade e Contratos

PL 2289/2007 do deputado Beto Faro (PT/PA)

Disciplina a aquisição e o arrendamento de imóvel rural por pessoas estrangeiras, definindo-as como: (i) pessoa física, que não seja brasileiro nato e naturalizado; (ii) sociedade estrangeira autorizada a funcionar no Brasil; (iii) ONG com atuação no território brasileiro com sede no exterior; (iv) ONG estabelecida no Brasil cujo orçamento anual seja proveniente, na sua maior parte, de uma mesma pessoa física estrangeira, ou empresa com sede no exterior ou das ONGs acima referidas; e (v) fundação particular quando os seus instituidores não forem brasileiros natos ou naturalizados ou empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil com sede no exterior.

A aquisição e o arrendamento do imóvel, por pessoas estrangeiras, não poderá exceder a dimensão de até 35 módulos fiscais, observado o limite de até 2.500 hectares. Também poderão adquirir e arrendar imóveis rurais destinados à implantação, ampliação ou modernização de projetos agropecuários, florestais, industriais e agroindustriais tidos como ambientalmente sustentáveis, nos prazos definidos pelo MAPA, MMA e MDIC. O Congresso Nacional poderá, mediante decreto legislativo, por manifestação prévia do Poder Executivo, autorizar a aquisição de imóvel por pessoas estrangeiras, além dos limites fixados em lei.

- Situação na Agenda: **CD** – CREDN (aprovado o projeto com substitutivo); **CAPADR (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Homero Pereira – PSD/MT, favorável ao projeto com substitutivo)**, CFT e CCJC. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

PL 357/2011 do deputado Júlio Lopes (PP/RJ)

Eleva penas e altera regras para as ações penais relacionadas a crimes contra a propriedade industrial previstos na Lei n. 9.279/1996. Os crimes contra patente de invenção ou de modelo de utilidade passam a ter pena de 2 a 4 anos de detenção, podendo ser aumentada em dois terços se o crime for cometido em associação criminosa ou vier a atingir mais de um sujeito passivo. Prevê, ainda, que, em regra, nos crimes previstos na Lei de Propriedade Industrial a ação penal será pública incondicionada (que independe de apresentação de queixa pela vítima).

- Situação na Agenda: **CD** – CDEIC (aprovado o projeto); **CCJC (aguarda designação de relatoria)** e Plenário. SF.
- Situação Atual: Inalterada.



CONVERGENTE

PL 2892/2011 do deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP)

Altera as normas gerais de licitação e contratação de parceria público-privada para: (i) incluir os estados e municípios no Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP); (ii) regular a Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada – MIP; (iii) conceder isenção fiscal, reduzindo a zero a alíquota da COFINS e PIS/PASEP incidente sobre a contra-prestação ou indenizações pagas no âmbito dos contratos de concessão comum, concessão patrocinada e concessão administrativa; (iv) excluir o envio de relatórios semestrais; e (v) prever a possibilidade de pagamento antes da disponibilização do serviço contratado.

- Situação na Agenda: CD – CDEIC (aguarda designação de relatoria); CTASP, CFT e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – CDEIC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Esperidião Amin – PP/SC, pela aprovação do projeto)**; CTASP, CFT e CCJC. SF.

Comércio Exterior

PL 717/2003 (PLC 176/2008) da senadora Ideli Salvatti (PT/SC)

Estabelece que aos produtos importados para comercialização no país serão aplicadas as mesmas regras de avaliação de conformidade aplicadas aos produtos similares nacionais para atendimento da Regulamentação Técnica Federal.

- Situação na Agenda: CD – aprovado o projeto com substitutivo. SF – CAE (aprovado o projeto com emendas); CMA (aprovado o projeto com substitutivo) e Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia). CD.
- Situação Atual: CD – aprovado o projeto com substitutivo. SF – aprovado o projeto com emendas; **CD (Emendas do SF) – tramita em regime de urgência: CMADS (aguarda parecer do relator, deputado Alfredo Sarkis – PV/RJ), CDEIC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Renato Molling – PP/RS, favorável à emenda), CDC (aguarda parecer do relator, deputado Almeida Lima – PPS/PE), CCJC (aguarda designação de relatoria) e Plenário (aguarda inclusão em Ordem do Dia).**



Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

PLS-C 467/2008 da senadora Ideli Salvatti (PT/SC)

Autoriza a opção pelo SIMPLES Nacional às micro e pequenas empresas dedicadas a atividades hoje não contempladas pela possibilidade de adesão ao regime simplificado, tais como: advocacia, consultoria, arquitetura, engenharia, medição testes, desenho e agronomia.

- Situação na Agenda: SF – CAE (aguarda parecer do relator, senador José Pimentel – PT/CE) e Plenário. CD.
- Situação Atual: **SF – CE (aguarda parecer da relatora, senadora Ana Amélia – PP/RS)**, CCT e CAE. CD.

PL 951/2011 do deputado Júlio Delgado (PSB/MG)

Institui o Simples Trabalhista para empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. O substitutivo apresentado pelo relator anterior na CDEIC autoriza as pessoas jurídicas amparadas pelo Simples Trabalhista adotarem, dentre outras, as seguintes medidas: a) fixar regime especial de piso salarial; b) estabelecer critérios, forma e periodicidade para pagamento de participação nos lucros ou resultados da empresa; d) fixar o horário normal de trabalho do empregado durante o gozo do aviso prévio; e) prever o pagamento parcelado da gratificação salarial (13º salário) em até seis parcelas; e f) dispor sobre o fracionamento das férias do empregado, observado o limite máximo de três períodos.

- Situação na Agenda: CD – CDEIC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Jorge Corte Real – PTB/PE, favorável ao projeto com substitutivo), CTASP, CFT, CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – CDEIC (aguarda parecer do relator, deputado Guilherme Campos – PSD/SP)**, CTASP, CFT, CCJC. SF.

Defesa da Concorrência

PLP 265/2007 (PLS-C 412/2003) do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA)

Atribui ao CADE competência para prevenir e reprimir as infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

- Situação na Agenda: SF – aprovado o projeto com emendas. CD – CDEIC (aprovado o projeto com emendas); CFT (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Pauderney Avelino – DEM/AM, favorável ao projeto com emendas), CCJC e Plenário.
- Situação Atual: SF – aprovado o projeto com emendas. **CD – CDEIC (aprovado o projeto com emendas); CFT (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Pauderney Avelino – DEM/AM, favorável ao projeto com emenda)**, CCJC e Plenário.



CONVERGENTE

Integração Nacional

PL 4000/2008 do deputado Beto Faro (PT/PA)

Amplia, de dezembro de 2013 a dezembro de 2023, o prazo para que as pessoas jurídicas protocolam projetos para empreendimentos enquadrados nos setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE, caso este em que terão direito à redução de 75% do IR e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O prazo para fruição do benefício será de 20 anos.

- Situação na Agenda: CD – CAINDR (aprovado o projeto com substitutivo); CFT (aguarda parecer do relator, deputado Jorge Corte Real – PTB/PE) e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD** – CAINDR (aprovado o projeto com substitutivo); **CFT (aguarda parecer do relator, deputado Jairo Ataíde – DEM/MG)** e CCJC. SF.

MEIO AMBIENTE

PEC 72/2011 do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

Estabelece que a criação de unidades de conservação, e não apenas a sua alteração ou supressão, deverá necessariamente ser feita por lei.

- Situação na Agenda: **SF – CCJ (aguarda designação de relatoria)**, CAE e Plenário. CD.
- Situação Atual: Inalterada.

PL 266/2007 dos deputados Rogério Lisboa (PFL/RJ) e Márcio Junqueira (PFL/RR)

Fixa que o montante a ser pago a título de compensação ambiental será proporcional aos impactos ambientais negativos não mitigáveis causados pelo empreendimento, limitado a 0,5% do valor do investimento de implantação.

- Situação na Agenda: CD – CMADS (aguarda parecer do relator, deputado Marcos Montes – DEM/MG) e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – CMADS (aguarda parecer do relator, deputado Paes Landim – PTB/PI)** e CCJC. SF.



LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Dispensa

PL 948/2011 do deputado Laércio Oliveira (PR/SE)

Concede eficácia liberatória geral ao instrumento de rescisão ou recibo de quitação de verbas rescisórias, independente da causa ou forma de dissolução do contrato, exceto quando existirem parcelas expressamente ressalvadas.

- Situação na Agenda: CD – CTASP (aguarda parecer do relator, deputado Sandro Mabel – PR/GO) e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – apensado ao PL 6431/2009: CTASP (aguarda parecer do relator, deputado Sebastião Bala Rocha – PDT/AP) e CCJC. SF.**

Justiça do Trabalho

PL 5140/2005 do deputado Marcelo Barbieri (PMDB/SP)

Restringe os requisitos para penhora *online* e desconsideração da personalidade jurídica nas execuções trabalhistas. Determina que o bloqueio da conta somente ocorra após execução definitiva, que seja limitado ao valor da condenação e em percentual que não prejudique a gestão da empresa. Não incidirá penhora em conta destinada ao pagamento de salários de empregado ou sobre bem de família. A desconsideração da personalidade jurídica fica restrita à comprovação prévia de abuso de direito, desvio de finalidade, confusão patrimonial, excesso de poder, ocorrência de fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

- Situação na Agenda: **CD** – CDEIC (aprovado o projeto com substitutivo), CTASP (rejeitado o projeto), **CFT (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Moreira Mendes – PPS/RO, favorável com substitutivo)** e Plenário. SF.
- Situação Atual: Inalterada.



CONVERGENTE

PL 773/2011 do deputado Zonta (PP/SC)

Exclui a obrigatoriedade do depósito recursal para o agravo de instrumento que tem a finalidade de destrancar recurso de revista interposto contra decisão que contraria a jurisprudência uniforme do TST, consubstanciada nas suas súmulas ou em orientações jurisprudenciais.

O substitutivo apresentado pelo relator na CTASP estabelece multa de 10% sobre o valor da causa, além de indenização por danos e prejuízos causados à outra parte no caso de atos processuais atentatórios à dignidade e à efetividade da Justiça (litigância de má-fé). O pagamento dessa multa constitui requisito para admissibilidade recursal. Tipifica, expressamente, como litigância de má-fé a interposição de recursos com manifesta impertinência, sem razoável fundamento técnico e propriedade jurídica (recursos protelatórios). Estabelece, ainda, valores em reais para o depósito recursal no caso de recursos contra decisão condenatória de obrigação de pagamento em pecúnia.

- Situação na Agenda: CD – apensado ao PL 7679/2010: CTASP (aguarda parecer do relator, deputado Augusto Coutinho – DEM/PE) e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – apensado ao PL 7679/2010: CTASP (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Augusto Coutinho – DEM/PE, favorável ao principal com substitutivo e pela rejeição do PL 773/2011)** e CCJC. SF.

PL 1153/2011 do deputado Sandro Mabel (PR/GO)

Permite a transação de direitos trabalhistas e insere, entre as competências da Justiça do Trabalho, a homologação de acordos extrajudiciais. A sentença homologatória será considerada título executivo judicial. Da sentença que decidir pela não homologação, somente caberá recurso para a instância superior quando interposto conjuntamente pelos interessados.

- Situação na Agenda: CD – CTASP (aprovado o projeto com substitutivo) e CCJC (aguarda designação de relatoria) e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – CTASP (aprovado o projeto com substitutivo) e CCJC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Luiz Couto – PT/PB, pela rejeição do projeto e do substitutivo adotado pela CTASP)**. SF.



Duração do Trabalho

PL 2409/2011 do deputado Roberto Balestra (PP/GO)

Determina que o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno não será computado na jornada de trabalho. Em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, a remuneração do tempo de deslocamento poderá ser fixada por meio de acordo ou convenção coletiva.

- Situação na Agenda: **CD – apensado ao PL 57/1991**: CCJC (aprovado o projeto com emenda), CTASP (aprovado o projeto com substitutivo), CVT (aprovado o projeto adotando o substitutivo da CTASP) e **Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia)**. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

Terceirização

PLS 87/2010 do senador Eduardo Azeredo (PSDB/MG)

Regula a contratação de serviços terceirizados, os quais poderão abranger qualquer atividade da contratante. Determina que não se configura vínculo empregatício entre a empresa contratante e os trabalhadores, os subcontratados ou sócios das empresas prestadoras de serviço, salvo se for judicialmente reconhecida relação de emprego com a contratante na prestação dos serviços. A empresa contratada poderá subcontratar empresa ou profissional autônomo para a realização de parte dos serviços, quando se tratar de atividade especializada, desde que previsto no contrato firmado com a contratante e que a contratada assuma todos direitos e obrigações de contratante. Essa, por sua vez, será subsidiariamente responsável pelo pagamento de direitos e o cumprimento de obrigações trabalhistas, sendo a responsabilidade subsidiária convertida em solidária no caso de falência da contratada ou de inobservância de cláusulas contratuais.

- Situação na Agenda: **SF – CCJ (aguarda parecer do relator, senador Armando Monteiro – PTB/PE)** e CAS. CD.
- Situação Atual: Inalterada.



CONVERGENTE

CUSTO DE FINANCIAMENTO

PL 1150/2011 da deputada Nilda Gondim (PMDB/PB)

Estabelece que, nas hipóteses de quitação antecipada de operações de crédito e financiamento concedidos por prazo certo e determinado, o contribuinte fará *jus* à restituição do IOF cobrado, de forma proporcional à antecipação das prestações. As instituições financeiras não poderão cobrar taxa, tarifa ou qualquer outra espécie de compensação financeira pela efetivação da restituição.

- Situação na Agenda: CD – CDC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Carlos Eduardo Cadoca – PMDB/PE, favorável ao projeto com substitutivo), CFT e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – apensado ao PL 4000/2012: CDC (aguarda designação de relatoria)**, CFT e CCJC.

INFRAESTRUTURA

PLS 179/2009 da Comissão de Assuntos Econômicos

Obriga que o Plano Plurianual (PPA) e os projetos de lei de revisão do PPA incluam o plano de expansão da oferta de energia elétrica, para os 10 anos subsequentes, com prioridade para fontes renováveis de energia, e também a enumeração dos aproveitamentos de potencial hidráulico previstos para garantir a expansão da oferta. Os projetos de aproveitamento hidráulico indicados como estratégicos pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deverão ter o seu licenciamento ambiental priorizado pelo IBAMA e a oitiva das comunidades indígenas afetadas priorizada pela FUNAI e dependerão de autorização do Congresso Nacional.

- Situação na Agenda: **SF – CI (aguarda parecer do relator, senador Lindberg Farias – PT/RJ)**, CMA e Plenário. CD.
- Situação Atual: Inalterada.

PLS 372/2011 da senadora Ana Amélia (PP/RS)

Extingue ao final de 2023 a arrecadação da quota anual da Reserva Global de Reversão (RGR), devendo ser revista a tarifa de energia elétrica em razão do fim do referido encargo.

- Situação na Agenda: SF – CI (aprovado o projeto com substitutivo), CAE (aguarda designação de relatoria) e CMA. CD.
- Situação Atual: **SF – CI (aprovado o projeto com substitutivo)**, **CAE (aguarda parecer do relator, senador Humberto Costa – PT/PE)** e CMA. CD.



CONVERGENTE

PLS 374/2011 da senadora Ana Amélia (PP/RS)

Dispõe sobre a abertura dos chamados portos secos (denominados no projeto como Centro Logístico Industrial Aduaneiro – CLIA) mediante o regime de autorização, substituindo o regime atual de concessões e permissões. Estabelece regras para instalação e funcionamento desses recintos alfandegados, para a movimentação e a armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação e para a prestação de serviços conexos.

- Situação na Agenda: SF – CI (aguarda parecer do relator, senador Ricardo Ferraço – PMDB/ES), CRA, CDR, CCJ e CAE. CD.
- Situação Atual: **SF – CI (aguarda apreciação do parecer do relator, senador Ricardo Ferraço – PMDB/ES, favorável ao projeto com substitutivo)**, CRA, CDR, CCJ e CAE. CD.

PL 1481/2007 (PLS 103/2007) do senador Aloízio Mercadante (PT/SP)

Altera a lei que instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), visando ampliar o acesso às redes digitais de informação, mediante financiamento de iniciativas, programas e projetos voltados para melhoria dos serviços de telecomunicações prestados em regimes públicos ou privados.

- Situação na Agenda: SF – aprovado o projeto com emendas. **CD** – CESP (aprovado o projeto com substitutivo) e **Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia)**.
- Situação Atual: Inalterada.

PL 7068/2010 do deputado Wladimir Costa (PMDB/PA)

Autoriza a prorrogação das concessões de geração de energia elétrica, por períodos sucessivos de 20 anos, facultando ao Poder Concedente impor ônus que visem garantir a modicidade tarifária. Também permite a prorrogação das concessões de distribuição e transmissão de energia elétrica, por períodos sucessivos de 30 anos, sem ônus aos concessionários.

- Situação na Agenda: **CD – apensado ao PL 5438/2009**: CTASP (aprovado o PL 7068/2010 apensado), **CME (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado José Otávio Germano – PP/RS, favorável ao PL 7068/2010 apensado)**, CFT e CCJC. SF.
- Situação Atual: Inalterada.



CONVERGENTE

PL 465/2011 do deputado Roberto Britto (PP/BA)

Obriga as operadoras de telefonia móvel a realizarem chamadas em *roaming*, independentemente de prévio acordo intraestadual entre si, viabilizando e compatibilizando as tecnologias necessárias à cobertura do serviço ao longo de todas as rodovias federais.

- Situação na Agenda: CD – CDC (aprovado o projeto), CCTCI (aguarda parecer do relator, deputado Augusto Coutinho – DEM/PE) CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – CDC (aprovado o projeto), CCTCI (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Augusto Coutinho – DEM/PE, favorável ao projeto) CCJC. SF.**

PL 502/2011 do deputado Geraldo Simões (PT/BA)

Estabelece prazo de 180 dias para adaptação dos contratos de arrendamento de terminais e áreas portuárias firmados antes da entrada em vigor da Lei 8.630/1993 (Lei dos Portos). Na adaptação dos contratos, deverá ser fixado novo prazo de vigência, com a condição de que o prazo total do contrato não ultrapasse 50 anos. Emenda aprovada na CVT fixa o termo inicial da contagem desse prazo como a data de início da vigência da Lei dos Portos, e não a data de início do contrato, como previa o projeto original.

- Situação na Agenda: CD – CVT (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Devanir Ribeiro – PT/SP, favorável ao projeto com emenda), CTASP e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – CVT (aprovado o projeto com emenda), CTASP (aguarda parecer da relatora, deputada Fátima Pelaes – PMDB/AP) e CCJC. SF.**

PL 1373/2011 do deputado José Airton (PT/CE)

Reduz a zero as alíquotas de PIS/COFINS incidentes sobre operações com energia elétrica.

- Situação na Agenda: CD – apensado ao PL 280/2011: CME (aprovado o projeto com substitutivo), CFT (aguarda parecer do relator, deputado Júnior Coimbra – PMDB/TO) e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – Rejeitado o projeto. Ao arquivo.**



SISTEMA TRIBUTÁRIO

Carga Tributária, Criação de Tributos e Vinculação de Receitas

PEC 284/2008 do deputado Armando Monteiro (PTB/PE)

Determina que a instituição ou o aumento de tributos é matéria de lei complementar que não pode ser regulada por medida provisória. Ressalva a alteração de alíquotas dos impostos de natureza regulatória (II, IE, IPI e IOF) que continuará a ser efetuada por decreto presidencial.

- Situação na Agenda: **CD** – CCJC (aprovado o projeto), **CESP (aguarda instalação)** e Plenário. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

PLP 23/2011 do deputado Guilherme Campos (DEM/SP)

Disciplina o funcionamento de empresas de desmontagem de veículos automotores terrestres e a comercialização de seus componentes como peças de reposição ou sucata. Cria o Sistema Nacional de Controle de Desmanches e Revenda de Peças Usadas.

- Situação na Agenda: CD – CFT (aguarda parecer do relator, deputado Amauri Teixeira – PT/BA), CCJC e Plenário. SF.
- Situação Atual: **CD – CFT (aguarda parecer do relator, deputado Zequinha Marinho – PSC/PA)**, CCJC e Plenário. SF.

PLS 410/2009 do senador Francisco Dornelles (PP/RJ)

Eleva de 30% para 50% o limite máximo para compensação dos prejuízos fiscais acumulados nos exercícios anteriores com o lucro apurado no exercício corrente para efeitos do IRPJ e da CSLL.

A emenda aprovada na CAE atualiza o texto, para que os efeitos pretendidos se materializem nos anos de 2012, 2013 e 2014 e não mais no triênio 2010-2012 como previsto no texto original.

- Situação na Agenda: SF – CAE (aguarda parecer do relator, senador Armando Monteiro – PTB/PE). CD.
- Situação Atual: **SF – CAE (aprovado o projeto com emendas), Mesa Diretora (aguarda interposição de recurso contra apreciação conclusiva das comissões)**. CD.



CONVERGENTE

PLS-C 240/2006 do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

Determina que a concessão ou a revogação total ou parcial de benefícios fiscais, referentes ao ICMS, dependerá de aprovação de 3/5, pelo menos, dos representantes presentes à reunião do Confaz.

Estabelece que o convênio ou a revogação total ou parcial de benefícios serão considerados rejeitados se não forem expressa ou tacitamente ratificados pelo Poder Executivo de, no mínimo, 3/5 das unidades da federação.

- Situação na Agenda: SF – CCJ (aprovado o projeto com emendas), CI (aprovado o projeto com emenda), CAE (aguarda parecer do relator, senador Humberto Costa – PT/PE) e Plenário. CD.
- Situação Atual: **SF – CCJ (aprovado o projeto com emendas), CI (aprovado o projeto com emenda), CAE (aguarda parecer da relatora, senadora Marta Suplicy – PT/SP) e Plenário. CD.**

Desoneração de Investimentos

PL 722/2011 do deputado Jorge Corte Real (PTB/PE)

Admite a adoção do mecanismo da depreciação acelerada, para fins de apuração do IR e CSLL, que permite a depreciação integral nos primeiros 12 meses após a aquisição dos bens de capital.

- Situação na Agenda: CD – CDEIC (aguarda parecer do relator, deputado Renato Molling – PP/RS), CFT e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – CDEIC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Renato Molling – PP/RS, favorável ao projeto com substitutivo), CFT e CCJC. SF.**



Obrigações, Multas e Administração Tributárias

PL 4583/2009 do deputado Mauro Mariani (PMDB/SC)

Permite que o contribuinte que apurar crédito relativo a tributo ou contribuição administrado pela Receita Federal possa utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a contribuições previdenciárias.

- Situação na Agenda: CD – CFT (aguarda parecer do relator, deputado Cláudio Puty – PT/PA) e CCJC. SF.
- Situação Atual: **apensado ao PL 3268/2012: CD – CFT (aguarda parecer do relator, deputado Cláudio Puty – PT/PA);** CCJC e Plenário.

PL 7230/2010 do deputado Eduardo Sciarra (DEM/PR)

Reduz: (i) de 75% para 30% a multa de ofício sobre a totalidade ou diferença de imposto de renda ou contribuição nos casos de falta de pagamento ou recolhimento, de falta de declaração e nos de declaração inexata; (ii) de 150% para 100% essa mesma multa, quando referente a casos de sonegação, conluio ou fraude; (iii) de 50% para 20% a multa exigida isoladamente sobre o valor do pagamento que deixou de ser feito mensalmente; (iv) de 75% para 30% a multa por falta de lançamento do valor, total ou parcial, do IPI na respectiva nota fiscal ou a falta de recolhimento do imposto lançado; e (v) de 25% para 10% o teto da multa de mora.

- Situação na Agenda: **CD – CFT (aguarda parecer do relator, deputado Aelton Freitas – PR/MG)** e CCJC. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

Defesa do Contribuinte

PL 1239/2011 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)

O substitutivo aprovado na CTASP determina que a partir da data de sua emissão, o prazo de validade do Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; da Certidão Negativa de Inscrição da Dívida Ativa da União, emitida pela PGFN; e da Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Receita Federal, será de 18 meses (e não mais de 12 meses com possibilidade de ser ampliado para 18 na forma de regulamento, como previa o projeto original).

- Situação na Agenda: CD – apensado ao PL 712/2011: CTASP (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Juthahy Júnior – PSDB/BA, favorável a este projeto e ao principal com substitutivo) e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – apensado ao PL 712/2011:** CTASP (aprovado o projeto principal e o apensado com substitutivo) e **CCJC (aguarda parecer do relator, deputado Alceu Moreira – PMDB/RS).** SF.



CONVERGENTE

INFRAESTRUTURA SOCIAL

Previdência Social

PL 1476/2007 (PLS 313/2006) do senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS)

Altera a Lei de Plano de Custeio da Seguridade Social, para possibilitar o abatimento de gastos da empresa com o ensino superior de seus empregados no cálculo da contribuição previdenciária. Atualmente, o abatimento só é permitido em relação a gastos com educação básica.

- Situação na Agenda: SF – aprovado o projeto com emendas. **CD – CESP (aguarda constituição)**.
- Situação Atual: Inalterada.

PLC 2/2012 (PL 1992/2007) do Poder Executivo

Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e do TCU. Aplica-se o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) às aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de previdência da União aos novos servidores que ingressarem no serviço público e aos antigos, que optarem pelo novo regime. Autoriza a União a criar três entidades de previdência complementar (uma para cada poder), com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário.

- Situação na Agenda: CD – aprovado o projeto com emendas. SF (tramita em regime de urgência constitucional): CAS, CAE, CCJ e Plenário.
- Situação Atual: **transformada na Lei nº 12.618 de 02 de maio de 2012, com vetos.**



INTERESSE SETORIAL

PL 1610/1996 (PLS 121/1995) do senador Romero Jucá (PFL/RR)

A pesquisa e a lavra de recursos minerais em terras indígenas só poderão ser realizadas mediante autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, sendo-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, sob os regimes de autorização de pesquisa e de concessão de lavra de que trata o Código de Mineração. As áreas situadas em terras indígenas poderão ser declaradas disponíveis mediante edital que estabeleça os critérios para habilitação e disponha sobre as condições técnicas, econômicas, sociais, ambientais e financeiras necessárias. Aplica-se aos minerais nucleares e ao petróleo, no que couber, o disposto na nova lei, sendo o Poder Executivo autorizado a editar normas complementares para exploração desses minerais em terras indígenas.

- Situação na Agenda: SF – aprovado o projeto com emendas. **CD – CESP (aguarda parecer do relator, deputado Édio Lopes – PMDB/PR).**
- Situação Atual: Inalterada.

PL 1988/2011 do deputado Camilo Cola (PMDB/ES)

Isenta de ICMS e PIS/COFINS os medicamentos destinados ao uso humano.

- Situação na Agenda: **CD – apensado ao PL 108/2011: CSSF (aguarda parecer do relator, deputado Darcísio Perondi – PMDB/RS), CFT e CCJC.** SF.
- Situação Atual: Inalterada.

PL 4148/2008 do deputado Luis Carlos Heinze (PP/RD)

Determina que os alimentos que contenham em sua composição OGM em quantidade superior a 1% deverão conter informações referentes à sua presença nas embalagens.

- Situação na Agenda: **CD – CDEIC (aprovado o projeto com emendas), CDC (rejeitado o projeto), CCJC (aprovado o projeto) e Plenário (pronto para a Ordem do Dia)** SF.
- Situação Atual: Inalterada.

PL 5921/2001 do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Considera publicidade abusiva, além das hipóteses já previstas no CDC, aquela capaz de induzir a criança a desprezar os valores éticos e sociais da pessoa e da família e que estimule o consumo excessivo.

- Situação na Agenda: **CD – CDC (aprovado o projeto com substitutivo), CDEIC (aprovado o projeto com substitutivo), CCTCI (aguarda parecer do relator, deputado Salvador Zimbaldi – PSB/SP)** e CCJC. SF.
- Situação Atual: Inalterada.



CONVERGENTE

PLS 106/2008 do senador Renato Casagrande (PSB/ES)

Aplica fatores de redução no cálculo do IR incidente sobre o ganho real de capital na alienação de bens imóveis para pessoas jurídicas não tributadas com base no lucro real e com sede no país.

- Situação na Agenda: SF – CAE (aguarda parecer do relator, senador Jorge Viana – PT/AM). CD.
- Situação Atual: **SF – CAE (aguarda apreciação do parecer do relator, senador Jorge Viana – PT/AM, pela rejeição do projeto)**. CD.

PLS 237/2008 da senadora Kátia Abreu (DEM/TO)

Isenta do pagamento do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) as cargas de defensivos e fertilizantes e suas matérias-primas.

- Situação na Agenda: **SF** – CDR (aprovado o projeto com emendas), **CAE (aguarda parecer do relator, senador Eduardo Suplicy – PT/SP)** e Cl. CD.
- Situação Atual: Inalterada.

PL 3998/2012 (PLS 352/2011 da senadora Ana Amélia – PP/RS)

Obriga as operadoras de plano de saúde a cobrirem os tratamentos antineoplásicos de uso oral – medicamentos utilizados para destruir neoplasmas ou células malignas e que têm a finalidade de evitar ou inibir o crescimento e a disseminação de tumores. Emenda aprovada no Senado determina que as coberturas de quimioterapia oncológica, domiciliar e ambulatorial serão objeto de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, revisados periodicamente, ouvidas as sociedades médicas de especialistas da área.

- Situação na Agenda: SF – CAS (aguarda parecer do relator, senador Waldemir Moka – PMDB/MS). CD.
- Situação Atual: SF (aprovado o projeto com emenda). **CD – CDC (aguarda parecer do relator, deputado Reguffe – PDT/DF)**, CSSF e CCJC.

PDC 3034/2010 do deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Susta os efeitos de Consulta Pública da ANVISA, que trata sobre os teores de alcatrão, nicotina e monóxido de carbono nos cigarros e sobre a proibição de aditivo nos produtos derivados do tabaco.

- Situação na Agenda: CD – CSSF (rejeitado o projeto), CAPADR (aprovado o projeto), CCJC (aguarda designação de relatoria) e Plenário. SF.
- Situação Atual: **CD** – CSSF (rejeitado o projeto), CAPADR (aprovado o projeto), **CCJC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Arthur Oliveira Maia – PMDB/BA, favorável ao projeto com substitutivo)** e Plenário. SF.



*PROPOSIÇÕES COM POSIÇÃO
CONVERGENTE COM RESSALVAS*



REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PL 2177/2011 do deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)

Institui Código de Ciência, Tecnologia e Inovação, consolidando a Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004) e a Lei de importação de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica (Lei nº 8.010/1990) em uma única lei, e introduz regras para aquisições e contratações no âmbito de C&T&I e de estímulo à inovação no setor privado. O Código ainda prevê acesso à biodiversidade – que independe de autorização prévia para fins de pesquisa (apenas a extração de componente do patrimônio genético para fins de produção e comercialização dependerá de autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente).

- Situação na Agenda: **CD – CESP (aguarda constituição)** e Plenário. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

PL 2644/2011 do deputado Alberto Filho (PMDB/MA)

Estabelece as diretrizes da Política Brasileira de Ecologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade da Mata Atlântica, da zona costeira e marítima, da Amazônia e outros biomas nacionais. Dentre os objetivos dessa Política, destacam-se: incentivar a exploração econômica da biodiversidade dos biomas nacionais; promover a implantação de polos de bioindústrias nas regiões onde estão localizados tais biomas; e assegurar o funcionamento de estruturas laboratoriais e a capacitação técnica e científica nas áreas de bioprospecção, biotecnologia e constituição de bioindústrias. Adicionalmente, prevê centros de biotecnologia que serão voltados às pesquisas sobre a biodiversidade e interligados a uma rede nacional de laboratórios e a grupos de pesquisadores.

- Situação na Agenda: CD – CAINDR (aguarda parecer do relator, deputado Zequinha Marinho – PSC/PA), CMADS, CFT e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – CAINDR (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Zequinha Marinho – PSC/PA, favorável ao projeto)**, CMADS, CFT e CCJC. SF.



Comércio Exterior

PLP 90/2011 do deputado Zeca Dirceu (PT/RR)

Permite que, independentemente de autorização judicial, a Fazenda Pública divulgue informações adquiridas sobre as operações de importação e exportação realizadas por qualquer pessoa jurídica ou física. Diferentemente do projeto original, em que a divulgação seria diária, o substitutivo aprovado na CDEIC prevê que a divulgação será quinzenal. Permanecem os seguintes preceitos para a divulgação das informações: (i) a divulgação deverá constar o nome das pessoas físicas ou jurídicas e sua respectiva identificação fiscal; e (ii) as operações de importação deverão ser individualizadas por empresa tanto quanto possível.

- Situação na Agenda: CD – CDEIC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado João Maia – PR/RN, pela rejeição do projeto), CFT, CCJC e Plenário. SF.
- Situação Atual: **CD** – CDEIC (aprovado o projeto com substitutivo), **CFT (aguarda designação de relatoria)**, CCJC e Plenário. SF.

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

PEC 70/2011 (PEC11/2011) do senador José Sarney (PMDB/AP)

Altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional. Mantém a vigência da MP em 120 dias, sem reedição, e modifica os prazos para apreciação das MPs em cada Casa Legislativa, na forma seguinte: a) 80 dias para votação na Câmara dos Deputados, desde a edição; b) 30 dias no Senado Federal, após aprovação da MP pela Câmara; e c) 10 dias para a Câmara examinar as eventuais emendas apresentadas pelo Senado. Prevê, ainda, novos procedimentos para o exame das condições de admissibilidade – urgência e relevância.

- Situação na Agenda: SF – aprovado o projeto com substitutivo. CD – CCJC (aguarda parecer do relator, deputado Ricardo Berzoini – PT/SP), CESP e Plenário.
- Situação Atual: SF – aprovado o projeto com substitutivo. **CD – CCJC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Ricardo Berzoini – PT/SP, pela admissibilidade do projeto)**, CESP e Plenário.



PL 1202/2007 do deputado Carlos Zarattini (PT/SP)

O substitutivo apresentado na CCJC estabelece regras para o exercício das atividades de defesa de interesses junto ao Poder Público. Impõe às pessoas físicas ou jurídicas a obrigatoriedade de credenciamento perante os órgãos responsáveis pelo controle de sua atuação em cada Poder, os quais deverão regulamentar o cadastramento e o acesso às suas dependências. O cadastro será público e acessível pela internet. As pessoas credenciadas deverão encaminhar ao respectivo Poder, anualmente, declaração discriminando suas atividades, natureza das matérias de seu interesse e gastos realizados no último exercício relativos à sua atuação junto aos Poderes e órgãos da Administração Pública Federal, em especial pagamentos a pessoas físicas ou jurídicas, a qualquer título, cujo valor ultrapasse R\$ 1.000,00.

- Situação na Agenda: CD – CTASP (aprovado o projeto) e CCJC (aguarda parecer do relator, deputado Cesar Colnago – PSDB/ES). SF.
- Situação Atual: **CD** – CTASP (aprovado o projeto) e **CCJC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Cesar Colnago – PSDB/ES, favorável com substitutivo)** e Plenário. SF.

PL 2412/2007 do deputado Regis de Oliveira (PSC/SP)

O projeto original e, especialmente, as proposições apensadas, de autoria do Poder Executivo – PL 5080/2009; PL 5081/2009; e PL 5082/2009 – estabelecem novo modelo para cobrança da dívida tributária atribuindo à Fazenda Pública competência para realizar a penhora administrativa de bens e valores em dinheiro; instituem novos mecanismos de quitação extrajudicial dos créditos inscritos na Dívida Ativa da União e parcelamento da dívida de pequeno valor; e regulam a transação em matéria tributária para pôr fim ao litígio, visando à extinção do débito.

- Situação na Agenda: **CD – CCJC (aguarda parecer do relator, deputado Sandro Mabel – PR/GO)**, CESP e Plenário. SF.
- Situação Atual: Inalterada.



MEIO AMBIENTE

PL 792/2007 do deputado Anselmo (PT/RO)

Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA), que visa reconhecer as iniciativas individuais ou coletivas que favoreçam a manutenção, a recuperação ou o melhoramento dos serviços ecossistêmicos, por meio de remuneração financeira, ou outra forma de recompensa. Cria o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (ProPSA), o Fundo Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (FunPSA) e o Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Dispõe, ainda, sobre os contratos de pagamento por serviços ambientais.

- Situação na Agenda: **CD** – CAPADR (aprovado o projeto com substitutivo), CMADS (aprovado o projeto com substitutivo), **CFT (aguarda parecer do relator, deputado Arnaldo Jardim – PPS/SP)** e CCJC. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

PL 2068/2007 do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE)

Estabelece que os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento só poderão ser definidos no ato de criação da unidade de conservação ou, posteriormente, por meio de decreto. Determina que a elaboração das normas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos deverão ser precedidos de consulta, por meio de reuniões e audiências públicas e outras formas de oitiva, à população residente na zona de amortecimento e nos corredores ecológicos.

- Situação na Agenda: **CD** – CMADS (aprovado o projeto com substitutivo) e **CCJC (aguarda parecer do relator, deputado Fábio Faria – PMN/RN)**. SF.
- Situação Atual: Inalterada.



PL 29/2011 do deputado Weliton Prado (PT/MG)

Altera regras relativas à administração de recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos para:

- determinar que a conclusão dos planos estaduais de recursos hídricos é condição para que estados, DF e municípios, possam receber dotações orçamentárias da União e obter financiamentos por instituições federais de crédito e avais da União para investimentos em obras de recursos hídricos;
 - estabelecer que os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados exclusivamente na bacia hidrográfica em que foram gerados;
 - dispensar a necessidade de delegação do outorgante para que Agências de Bacia possam efetuar a cobrança pelo uso de recursos hídricos e confere às Agências competência para administrar os recursos financeiros arrecadados pela cobrança em suas áreas de atuação.
- Situação na Agenda: **CD – CMADS (aguarda parecer do relator, deputado Oziel Oliveira – PDT/BA)**, CME, OFT e CCJC. SF.
 - Situação Atual: Inalterada.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Adicionais

PL 5067/2009 do deputado Guilherme Campos (DEM/SP)

Estabelece que a base de cálculo para o adicional de insalubridade será ajustada por Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho. Na falta de norma coletiva, a base de cálculo será no valor de R\$ 470,00 corrigidos anualmente pelo INPC.

- Situação na Agenda: **CD – apensado ao PL 2549/1992**: CCJC (aprovado o projeto), CTASP (aprovado o projeto com substitutivo), CDEIC (aprovado o projeto com substitutivo) e **Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia)**.
- Situação Atual: Inalterada.



Outras Modalidades de Contrato

PLS 112/2006 do senador José Sarney (PMDB/AP)

Fixa em 3% a reserva de mercado para beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, permanecendo obrigadas ao preenchimento da cota as empresas com 100 ou mais empregados. Possibilita computar nesse percentual o portador de deficiência empregado de forma terceirizada ou inserido em programas de profissionalização.

- Situação na Agenda: SF – CCJ (aguarda designação de relatoria), CAS e CDH. CD.
- Situação Atual: **SF – CCJ (aguarda parecer do relator, senador Romero Jucá – PMDB/RR)**, CAS e CDH. CD.

INFRAESTRUTURA

PLS 311/2009 do senador Fernando Collor (PTB/AL)

Cria o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica (REINFA) e estabelece medidas de estímulo à produção e ao consumo de energia limpa.

- Situação na Agenda: SF – CI (aprovado o projeto com emendas) e CAE (aguarda apreciação do parecer do relator, senador Acir Gurgaz – PDT/RO, favorável com substitutivo). CD.
- Situação Atual: **SF – CI (aprovado o projeto com emendas) e CAE (aguarda designação de relatoria)**. CD.

PL 2126/2011 do Poder Executivo

Regulamenta o uso da internet no Brasil e estabelece as diretrizes a serem seguidas pelos entes federados, especificando princípios, fundamentos, objetivos e direitos e garantias do usuário. Fixa regras sobre tratamento isonômico para todos os pacotes de tráfego de dados, guarda de registros de conexão e de acesso a aplicações, responsabilidade do provedor de conexão à internet por danos gerados por terceiros e requisição judicial de registros.

- Situação na Agenda: CD – CESP (aguarda instalação) e Plenário. SF.
- Situação Atual: **CD – apensado ao PL 5403/2001: CESP (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Alessandro Molon – PT/RJ, favorável ao projeto com substitutivo)** e Plenário. SF.



SISTEMA TRIBUTÁRIO

Reforma Tributária

PEC 31/2007 do deputado Virgílio Guimarães (PT/MG)

Institui Reforma Tributária. Cria o IVA-Federal; extingue CSLL, COFINS, PIS, CIDE combustíveis e salário-educação; permite adicionais de alíquota do IR por setor de atividade econômica; estabelece regulamentação única do novo ICMS, permitindo, inclusive, que lei complementar defina mercadorias e serviços cuja alíquota poderá ser alterada por lei estadual; prevê limites e mecanismos de ajuste da carga tributária em relação ao IR, IVA-Federal e o novo ICMS, via lei complementar.

- Situação na Agenda: **CD** – CCJC (aprovado o projeto), CESP (aprovado o projeto com substitutivo) e **Ple-nário (aguarda inclusão na Ordem do Dia)**. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

Defesa do Contribuinte

PLS-C 298/2011 da senadora Kátia Abreu (PSD/TO)

Estabelece normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com as administrações fazendárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Entre os principais pontos abarcados pelo projeto encontram-se: a vedação de sanções por parte do fisco quando o contribuinte discutir questões junto ao Judiciário; a necessidade de decisão judicial para que seja desconsiderada a personalidade jurídica pela Administração diante da constatação de relação de trabalho, com ou sem vínculo empregatício; a proibição de manobras que inibam o acesso do contribuinte aos recursos administrativos; e a uniformização dos procedimentos de intimação e citação para processos administrativos fiscais, dentre outros.

- Situação na Agenda: **SF – CCJ (aguarda parecer do relator, senador Armando Monteiro – PTB/PE)**, CAE e Plenário. CD.
- Situação Atual: Inalterada.



INFRAESTRUTURA SOCIAL

Educação

PL 8035/2010 do Poder Executivo

Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece as ações na área de educação para o decênio 2011-2020. O novo PNE apresenta dez diretrizes objetivas e 20 metas, seguidas das estratégias específicas que estabelecem mecanismos de concretização. As metas contemplam os seguintes temas: alfabetização, educação básica, educação superior, educação profissional e tecnológica, educação especial, educação de jovens e adultos, formação e valorização dos profissionais da educação e financiamento. O projeto prevê, entre outras medidas, a elevação do investimento público em educação para 10% do PIB, a expansão da oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço de formação profissional vinculadas ao sistema sindical (Sistema S) e a colaboração das entidades privadas de serviço social para a ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública de educação básica.

- Situação na Agenda: CD – CESP (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Angelo Vanhoni – PT/PR, favorável com substitutivo). SF.
- Situação Atual: **CD** – CESP (aprovado o projeto com substitutivo), **Mesa Diretora (será aberto prazo para interposição de recurso para apreciação do projeto pelo Plenário)**. SF.

INTERESSE SETORIAL

PL 2163/2011 do deputado Irajá Abreu (DEM/TO)

Dispensa de licenciamento ambiental a instalação, ampliação e funcionamento de empreendimentos agropecuários, florestais ou agrossilvipastoris desde que: se localizem em área consolidada, degradada, abandonada ou subutilizada; sejam observados os dispositivos legais concernentes às áreas de preservação permanente e reserva legal; não se localizem em unidade de conservação de uso sustentável, nos termos da Lei do SNUC). Esses empreendimentos serão autorizados por licença ambiental única quando implantados em áreas superiores a 10 mil hectares. A licença única aplicar-se-á também àqueles em áreas inferiores a 10 mil hectares quando não se cumprirem os requisitos de dispensa de licenciamento. A critério do órgão ambiental competente, será exigível a apresentação de EIA/RIMA para o licenciamento dos empreendimentos entre 1 e 10 mil hectares, à exceção dos casos de dispensa de licenciamento ambiental.

- Situação na Agenda: CD – CAPADR (aprovado o projeto com emendas), CMADS (aguarda parecer do relator, deputado Bernardo Santana de Vasconcellos – PR/MG) e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD** – CAPADR (aprovado o projeto com emendas), **CMADS (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Bernardo Santana de Vasconcellos – PR/MG, favorável ao projeto com emendas)** e CCJC. SF.



CONVERGENTE
COM RESSALVA

PL 2679/2011 do deputado Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG)

Inclui na Lei sobre a Política Agrícola (Lei nº 8.171/1991) as definições de atividade agrícola florestal e de plantio silvicultural ou agrossilvipastoril. Estabelece que as políticas públicas de atividade agrícola florestal e de industrialização farão parte do Planejamento Agrícola Brasileiro e incumbe ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) todas as ações, desde o seu planejamento até o controle das atividades setoriais de fomento e desenvolvimento. Caberá também ao MAPA controlar a atividade agrícola florestal e o estoque de matéria-prima, de produtos e derivados oriundos de plantios silviculturais e agrossilvipastoris, incluindo resíduos.

- Situação na Agenda: CD – apensado ao PL 288/2011: CMADS (aguarda parecer do relator, deputado Paulo Piau – PMDB/MG), CAPADR e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – apensado ao PL 288/2011: CMADS (aguarda parecer do relator, deputado Leonardo Monteiro – PT/MG)**, CAPADR e CCJC. SF.

PL 2901/2011 do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS)

Proíbe a comercialização de qualquer produto fumífero que contenha aditivos que lhe confirmam sabor característico, exceto tabaco e mentol.

- Situação na Agenda: SF – aprovado o projeto com substitutivo. **CD – apensado ao PL 6869/2010: CESP (aguarda constituição)** e Plenário.
- Situação Atual: Inalterada.

PL 3057/2000 do deputado Bispo Wanderval (PL/SP)

Institui a Lei de Responsabilidade Territorial Urbana, que disciplinará o parcelamento do solo e a regularização fundiária sustentável de áreas urbanas. O parcelamento deverá prever a implantação de infraestrutura básica e dependerá da aprovação do projeto pelo município por meio de um processo simplificado de emissão de uma licença urbanística e ambiental integrada. Prevê o licenciamento de duas modalidades de parcelamento do solo: o loteamento com controle de acesso e o condomínio urbanístico. O Poder Público municipal terá competência para definir diretrizes e normas específicas e a legislação municipal poderá exigir do empreendedor doação de área para implantação de programas habitacionais de interesse social (“banco de lotes”) ou de recursos para fundo municipal de habitação.

- Situação na Agenda: **CD – CESP (aprovado o projeto com substitutivo) e Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia)**. SF.
- Situação Atual: Inalterada.



PL 7224/2010 do deputado Homero Pereira (PR/MT)

Concede à pessoa jurídica tributada com base no lucro real dedução de até 10% do IR devido quando comprovados dispêndios realizados com a implantação e manutenção de projetos de reflorestamento, de florestamento e de preservação ambiental. Essa autorização não exclui ou reduz outros benefícios.

- Situação na Agenda: **CD – apensado ao PL 5974/2005**: SF – aprovado o projeto. **CD** – CMADS (aprovado o projeto com substitutivo), CFT (aprovado o substitutivo da CMADS com emendas), CCJC (aprovado o substitutivo da CMADS e as emendas da CFT) e **Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia)**.
- Situação Atual: Inalterada.

PLS 330/2011 da senadora Ana Amélia (PP/RS)

Dispõe sobre contratos de parceria de produção integrada agropecuária. Define como ato cooperativo a parceria de produção integrada agropecuária entre cooperativas agropecuárias e seus associados ou entre cooperativas entre si associadas. Cria Comissões, de composição paritária da agroindústria e seus integrados, para conciliação e solução das controvérsias e para instituição de padrões mínimos de qualidade para insumos.

- Situação na Agenda: SF – CCJ (aguarda apreciação do parecer do relator, senador Acir Gurgacz – PDT/RO, favorável ao projeto com emendas) e CRA. CD.
- Situação Atual: **SF – CCJ (aguarda designação de relatoria)** e CRA. CD.

PL 3673/2012 (PLS 464/2011 do senador Humberto Costa – PT/PE)

O texto aprovado pelo Senado Federal estabelece que o prazo de 90 dias de interdição cautelar do produto ou do estabelecimento para realização de testes, provas, análises e demais providências destinadas à apuração de infração sanitária não se aplica na hipótese de apuração de falsificação ou adulteração de alimentos, bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que interessem à saúde pública.

Proíbe durante a aplicação da medida cautelar ou da suspensão temporária para apuração de infração sanitária, o uso das instalações em que funcionava o estabelecimento empresarial por outro que desenvolva atividade similar, ainda que parcialmente.

- Situação na Agenda: SF – CCJ (aguarda apreciação do parecer do relator, senador Antonio Carlos Valadares – PSB/SE, favorável ao projeto com substitutivo). CD.
- Situação Atual: SF (aprovado o projeto com substitutivo). **CD – CSSF (aguarda parecer do relator, deputado Dr. Jorge Silva – PDT/ES)** e CCJC.



*PROPOSIÇÕES COM POSIÇÃO
DIVERGENTE COM RESSALVAS*



QUESTÕES INSTITUCIONAIS

PL 5139/2009 do Poder Executivo

Disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos. Estabelece princípios e institutos próprios de direito processual e regula a execução das tutelas coletivas. Propõe a ampliação dos direitos coletivos tuteláveis pela Ação Civil Pública (ACP) e do rol de legitimados para propor a referida ação. Prevê, ainda, que a execução coletiva das obrigações fixadas no compromisso de ajustamento de conduta será feita por todos os meios, inclusive mediante intervenção na empresa.

- Situação na Agenda: **CD** – CCJC (rejeitado o projeto) e **Plenário (aguarda apreciação do recurso contra apreciação conclusiva da Comissão)**. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

MEIO AMBIENTE

PL 195/2011 da deputada Rebecca Garcia (PP/AM)

Cria o sistema nacional de redução das emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+) com o objetivo de consolidar as ações de controle do desmatamento nos biomas nacionais e promover a conservação da biodiversidade e o bem-estar das populações. Prevê consonância com a Política Nacional de Mudança do Clima no que diz respeito à integração entre os entes federativos, aos critérios de comparabilidade entre as emissões de diferentes fontes/gases e ao futuro Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), mas não está vinculado à iniciativa de regulamentação do pagamento por serviços ambientais (PSA). Os projetos em propriedades privadas serão elegíveis ao REDD+, mas estão excluídas as ações relacionadas ao plantio de espécies exóticas. Os créditos de carbono oriundos dos projetos de REDD+ também poderão ser usados para fins de compensação de emissões de gases de efeito estufa de outros países.

- Situação na Agenda: **CD** – CMADS (aprovado o projeto com emendas), **CAPADR (aguarda parecer do relator, deputado Marcon – PT/RS)**, CFT e CCJC. SF.
- Situação Atual: Inalterada.



PL 2732/2011 do deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP)

Estabelece diretrizes para a prevenção da contaminação do solo, bem como cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre Substâncias Perigosas e o Fundo Nacional para Descontaminação de Áreas Órfãs Contaminadas. Caberá aos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) a identificação e o cadastramento das áreas contaminadas existentes no território nacional, a determinação das responsabilidades pelo plano de reabilitação e a notificação aos demais órgãos públicos, em particular os órgãos de saúde quando houver riscos à saúde humana e o órgão responsável por outorgas de direito de uso de águas subterrâneas na área sob influência. A CIDE será incidente sobre o refino de petróleo, a utilização de petróleo bruto e a fabricação ou importação de diversas substâncias químicas, e os recursos arrecadados serão integralmente destinados ao Fundo Nacional para a Descontaminação de Áreas Órfãs Contaminadas. Os recursos do Fundo não serão destinados a áreas e solos submersos no meio aquático marinho nem a áreas com contaminação radioativa.

- Situação na Agenda: **CD – CDEIC (aguarda parecer do relator, deputado João Maia – PR/RN)**, CMADS, CFT e CCJC. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Justiça do Trabalho

PLS 606/2011 do senador Romero Jucá (PMDB/RR)

Altera e atualiza dispositivos da CLT no que se refere aos trâmites da execução trabalhista. Dentre as inovações, destacam-se:

- a ampliação do rol dos títulos executivos extrajudiciais;
- a determinação de que, havendo mais de uma forma do cumprimento da sentença ou execução do título executivo extrajudicial, o juiz adotará aquela que atenda à especificidade da tutela, à duração razoável do processo e ao interesse do autor;
- a determinação de que a constrição de bens será realizada por todos os meios tecnológicos disponíveis e respeitará, a critério do juiz, a ordem direta de sua liquidez;
- o acréscimo de outras formas de expropriação de bens;
- a imposição de multa ao devedor, condenado ao pagamento por quantia certa ou já fixada em liquidação, caso não o efetue no prazo de oito dias;
- a regulamentação da execução de sentenças coletivas.



O substitutivo apresentado pela relatora na CAS mantém as principais disposições do projeto original, tais como: execução de recursos sem efeito suspensivo, constrição de bens realizada por todos os meios disponíveis e adoção, a critério do juiz, da modalidade mais adequada à efetividade do cumprimento da sentença ou da execução.

- Situação na Agenda: SF – CAS (aguarda parecer da relatora, senadora Ana Amélia – PP/RS). CD.
- Situação Atual: **SF – CAS (aguarda apreciação do parecer da relatora, senadora Ana Amélia – PP/RS, favorável com substitutivo)**. CD.

INFRAESTRUTURA SOCIAL

Responsabilidade Social

PLS 224/2007 da senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO)

Institui o Balanço Social Empresarial como mecanismo de controle e transparência da responsabilidade social da empresa. A empresa que o publicar poderá receber o Selo Empresa Responsável, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e que lhe dará preferência nas licitações. O balanço social será publicado anualmente em jornal de grande circulação, regional ou nacional, conforme a atuação e abrangência da empresa, juntamente com o balanço patrimonial, quando a edição deste for exigida por lei.

- Situação na Agenda: **SF** – CDR (aprovado o projeto com substitutivo), **CAE (aguarda parecer do relator, senador Francisco Dornelles – PP/RJ)**. CD.
- Situação Atual: Inalterada.



INTERESSE SETORIAL

PL 23/2011 do deputado Armando Vergílio (PMN/GO)

Altera a Lei Kandir determinando que não integrará a base de cálculo do ICMS o montante do próprio imposto, afastando a metodologia atual de apuração, conhecida como “cálculo por dentro”.

- Situação na Agenda: **CD – CVT (aguarda parecer do relator, deputado Hugo Leal – PSC/RJ)**, CDEIC e CCJC. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

PLS 106/2011 do senador Antonio Carlos Valadares (PSB/ES)

Delega à autoridade sanitária a obrigação de fixar limite máximo de teor de gorduras trans, saturadas e açúcares nos alimentos processados.

- Situação na Agenda: SF – CCJ (aguarda designação de relatoria), CRA, CMA, CE, CAE e CAS. CD.
- Situação Atual: **SF – CCJ (aguarda parecer da relatora, senadora Marta Suplicy – PT/SP)**, CRA, CMA, CE, CAE e CAS. CD.

PLS 160/2010 do senador Flexa Ribeiro (PSDB/BA)

Concede isenção do IPI incidente sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de motocicletas com cilindrada inferior ou igual a 125cm³, quando adquiridas por motoboys ou mototaxistas.

- Situação na Agenda: SF – CE (aguarda parecer do relator, senador Cyro Miranda – PSDB/GO), CRE, CI, CRA, CAS, CDH e CAE. CD.
- Situação Atual: **SF – CE (aguarda apreciação do parecer do relator, senador Cyro Miranda – PSDB/GO, pela aprovação do PLS 4/2007, com o qual tramita em conjunto, com substitutivo)**, CRE, CI, CRA, CAS, CDH e CAE. CD.



*PROPOSIÇÕES COM POSIÇÃO
DIVERGENTE*



REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

Relações de Consumo

PLS 276/2010 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal

Considera título executivo extrajudicial o instrumento de transação referendado por qualquer dos órgãos públicos de defesa do consumidor.

- Situação na Agenda: **SF – CCJ (aguarda designação de relatoria)** e Plenário. CD.
- Situação Atual: Inalterada.

PLS 278/2010 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal

Permite que nas ações de defesa de interesse ou direito do consumidor, o juiz, de ofício ou mediante requerimento da parte, condene o fornecedor ao pagamento de multa civil, de caráter punitivo e preventivo. Assim, além da indenização compensatória (dano material ou moral), o fornecedor será obrigado a pagar multa estabelecida pelo juiz, que será graduada em função dos seguintes parâmetros: (i) gravidade e extensão da lesão; (ii) número de consumidores atingidos pela ação ou omissão danosa; (iii) grau de reprovabilidade da culpa ou do dolo do responsável; e (iv) condição econômica do fornecedor.

- Situação na Agenda: **SF – CCJ (aguarda designação de relatoria)**. CD.
- Situação Atual: Inalterada.



QUESTÕES INSTITUCIONAIS

PL 8046/2010 (PLS 166/2010 do senador José Sarney – PMDB/AP)

Institui novo Código de Processo Civil. Entre as inovações, destacam-se: (i) ampliação dos poderes do juiz; (ii) supressão do efeito suspensivo da apelação e extinção dos embargos infringentes; (iii) criação do incidente de Resolução de Demandas Repetitivas; (iv) concessão de tutela de urgência de ofício e sem requerimento das partes; (v) intervenção judicial em atividade empresarial para cumprimento da sentença; e (vi) criação e regulação do Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

- Situação na Agenda: SF – aprovado o projeto com substitutivo. **CD – apensado ao PL 6025/2005: CESP (aguarda parecer do relator, deputado Sérgio Barradas Carneiro – PT/BA) e Plenário.**
- Situação Atual: Inalterada.

MEIO AMBIENTE

PL 612/2007 do deputado Flávio Bezerra (PMDB/CE)

Obriga os estabelecimentos comerciais a utilizarem sacolas plásticas oxi-biodegradáveis quando do fornecimento de mercadorias a consumidores finais, definindo o que significa plástico oxi-biodegradável. O descumprimento poderá ensejar advertência, multa e suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento até a devida regularização.

- Situação na Agenda: CD – CDEIC (aguarda parecer do relator, deputado Ronaldo Zulke – PT/RS), CMADS, CCJC e Plenário. SF.
- Situação Atual: **CD – CDEIC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Ronaldo Zulke – PT/RS, favorável com substitutivo aos PLs 927 e 1075/2011, apensados, e pela rejeição deste e dos demais apensados)**, CMADS, CCJC e Plenário. SF.

PL 6403/2009 do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

Determina que os projetos financiados pela Administração Pública e pelo BNDES deverão conter cláusulas que assegurem a compensação de 100% das emissões de dióxido de carbono decorrentes da execução do projeto financiado. A compensação poderá ocorrer por projetos de mitigação ou por meio da aquisição de créditos de carbono.

Situação na Agenda: **CD – CDEIC (rejeitado o projeto), CMADS (aguarda parecer do relator, deputado Homero Pereira – PSD/MT), CFT e CCJC. SF.**

Situação Atual: Inalterada.



LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Sistema de Negociação e Conciliação

PLS 252/2009 da senadora Marisa Serrano (PSDB/MS)

Assegura a eleição pelos empregados de um representante e um suplente nas empresas em que haja por estabelecimento, filial ou unidade, mais de 200 empregados. O representante e o suplente terão a função de promover o diálogo com a empresa ou empregador, podendo haver mais de uma representação no mesmo município quando a empresa estiver constituída por mais de um estabelecimento, filial ou unidade. Serão eleitos por seus pares em escrutínio secreto para mandatos de até dois anos e terão garantias especiais, como proteção contra dispensa imotivada ou transferência unilateral.

- Situação na Agenda: SF – CAS (aguarda apreciação do parecer do relator, senador Cícero Lucena – PSDB/PB, favorável com emenda). CD.
- Situação Atual: **SF (rejeitado o projeto). Remetido ao arquivo.**

PLS 181/2011 do senador José Pimentel (PT/CE)

Estabelece a prorrogação automática do acordo ou convenção coletiva enquanto não for celebrado novo instrumento normativo.

- Situação na Agenda: **SF – CAE (aguarda parecer do relator, senador Aloysio Nunes Ferreira – PSDB/SP)** e CAS. CD.
- Situação Atual: Inalterada.

PLS 296/2011 do senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Obriga as empresas em negociação coletiva a prestar informações no tocante à sua situação econômica e financeira no prazo de sete dias, a contar da formalização da solicitação pelo sindicato profissional.

- Situação na Agenda: **SF – CCJ (aguarda designação de relatoria)**, CAE e CAS. CD.
- Situação Atual: Inalterada.



Adicionais

PLS 460/2009 do senador Jefferson Praia (PDT/AM)

Regula o adicional de penosidade a ser assegurado aos trabalhadores submetidos à fadiga física, mental ou psicológica. O adicional será de 40%, 20% ou 10% do salário do empregado, excluídos os acréscimos resultantes de gratificações ou prêmios.

- Situação na Agenda: SF – CRA (rejeitado o projeto) e CAS (aguarda parecer do relator, senador João Vicente Claudino – PTB/PI). CD.
- Situação Atual: **SF – CRA (rejeitado o projeto) e CAS (aguarda parecer do relator, senador Armando Monteiro – PTB/PE)**. CD.

PLS 261/2010 do senador Marcelo Crivella (PRB/RJ)

Amplia o conceito de atividades ou operações perigosas constante na CLT, considerando também, como tais, além das que impliquem contato permanente com inflamáveis e explosivos, qualquer atividade que ofereça condições de acentuado risco à integridade física do trabalhador. Estende o conceito de atividade perigosa aos empregados de empresas cuja atividade implique em risco de acidentes do trabalho de natureza grave, assim enquadradas para efeito da contribuição para o seguro de acidente de trabalho.

- Situação na Agenda: **SF – CCJ (aguarda designação de relatoria)**, CAE e CAS. CD.
- Situação Atual: Inalterada.

Organização Sindical e Contribuição

PLS 36/2009 do senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)

Altera o Código Penal para incluir, entre os crimes contra a organização do trabalho, o atentado contra a liberdade sindical que se caracterizará pelo impedimento do exercício dos direitos de sindicalizado, por exigir atestado sobre passado sindical ou por punir o trabalhador por sua participação lícita na atividade sindical.

- Situação na Agenda: **SF – CCJ (aguarda designação de relatoria)**. CD.
- Situação Atual: Inalterada.



PL 5684/2009 da deputada Manuela D'Ávila (PCdoB/RS)

Modifica a CLT para aumentar o número de diretores sindicais (mínimo de sete e máximo de 81 diretores entre titulares e suplentes), garantir estabilidade de emprego aos membros do Conselho Fiscal dos sindicatos e fixar o número de representantes dos trabalhadores nas empresas, conforme o número de empregados (até 50 trabalhadores, um diretor sindical; de 50 a 100 trabalhadores, dois diretores sindicais; e mais de 100 empregados, um diretor sindical a cada 200 trabalhadores ou fração superior a 100 trabalhadores).

- Situação na Agenda: **CD – apensado ao PL 6706/2009: CTASP (aguarda parecer do relator, deputado Sandro Mabel – PR/GO)**, CFT, CCJC e Plenário. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

Segurança e Saúde do Trabalho

PL 1981/2003 do deputado Vicentinho (PT/SP)

Assegura aos sindicatos o direito de participação no sistema de inspeção relativa às condições de trabalho e à proteção dos trabalhadores no exercício profissional. Os representantes sindicais terão livre-trânsito, mas deverão manter sigilo de dados confidenciais, sob pena de multa de 30% sobre o prejuízo causado. O Ministério do Trabalho deverá fornecer informações das empresas inspecionadas aos representantes sindicais e assegurar acompanhamento de assessoria técnico-jurídica.

- Situação na Agenda: **CD – CTASP (aprovado o projeto), CCJC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Paes Landim – PTB/PI, pela inconstitucionalidade e injuridicidade do projeto)**. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

PL 7205/2010 do deputado Ricardo Berzoini (PT/SP)

Equipara o acidente de trabalho a acidente de qualquer natureza sofrido pelo segurado em período de aviso prévio, inclusive o indenizado, quando em situação de busca de novo emprego.

- Situação na Agenda: **CD – CTASP (aprovado o projeto), CSSF (aguarda parecer do relator, deputado Mandetta – DEM/MS)**, CFT e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – CTASP (aprovado o projeto), CSSF (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Mandetta – DEM/MS, pela rejeição do projeto)**, CFT e CCJC. SF.



Dispensa

PLP 8/2003 do deputado Mauricio Rands (PT/PE)

Determina que o empregador só poderá despedir o empregado em duas situações: (i) por “justo motivo objetivo” (aquele relacionado com dificuldades econômica ou financeira, ou reestruturação da empresa); ou (ii) por “justo motivo subjetivo” (aquele relacionado à indisciplina ou ineficiência de desempenho do empregado). A despedida que não se fundar em nenhum dos motivos poderá ser anulada com a consequente reintegração do trabalhador, que poderá ser convertida em indenização, a critério do empregado.

- Situação na Agenda: **CD** – CDEIC (rejeitado o projeto), CTASP (rejeitado o projeto), **CCJC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado João Paulo Lima – PT/PE, pela constitucionalidade do projeto)** e Plenário. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

PL 6356/2005 do deputado Vicentinho (PT/SP)

Regulamenta a demissão coletiva nas empresas, sendo esta considerada a ocorrida num período de 60 dias e que afetem 5% do número de empregados na empresa. As demissões deverão ser fundamentadas em motivos econômicos, tecnológicos, estruturais ou análogos, sendo passíveis de indenização.

- Situação na Agenda: CD – CDEIC (aguarda parecer do relator, deputado Renato Molling – PP/RS), CTASP e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – CDEIC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Renato Molling – PP/RS, pela rejeição deste projeto e dos apensados)**, CTASP e CCJC. SF.

PL 1780/2007 do deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA)

Amplia a estabilidade do trabalhador vítima de acidente de trabalho que apresentar redução na capacidade laboral até a aposentadoria por tempo de contribuição do segurado, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

- Situação na Agenda: CD – CTASP (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Roberto Balestra – PP/GO, favorável ao apensado com substitutivo), CSSF e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – CTASP (aguarda parecer do relator, deputado Roberto Balestra – PP/GO)**, CSSF e CCJC. SF.



PL 2312/2011 do deputado Filipe Pereira (PSC/RJ)

Estipula novas regras para a gestão do FGTS nos seguintes termos:

- altera o modelo de remuneração dos agentes responsáveis pela gestão do FGTS;
 - altera os critérios sob os quais o conselho curador do FGTS deve se basear para realizar operações em nome do fundo;
 - cria novas restrições para que o conselho curador faça aplicações em habitação popular dentro da sistemática de descontos, direcionada em função da renda familiar do beneficiário, a critério do Conselho Curador do FGTS;
 - altera de 3% ao ano para 0,5% ao mês, a taxa para atualização monetária dos saldos de depósitos nas contas vinculadas;
 - permite que o trabalhador movimente sua conta do FGTS quando ele ou qualquer um de seus dependentes estiver em situação de risco relevante de morte, ainda que não esteja em estado terminal.
- Situação na Agenda: **CD – apensado ao PL 4566/2008: CTASP (aguarda parecer do relator, deputado Roberto Santiago – PV/SP)**, CFT, CCJC e Plenário. SF.
 - Situação Atual: Inalterada.

Justiça do Trabalho

PL 6476/2009 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)

Estabelece prazo prescricional de 10 anos para a pretensão de reparação civil decorrente de acidente de trabalho. O termo inicial do prazo será contado a partir do exame pericial que comprovar a enfermidade ou verificar a natureza da incapacidade laboral.

- Situação na Agenda: **CD – CTASP (aguarda parecer do relator, deputado Silvio Costa – PTB/PE)** e CCJC. SF.
- Situação Atual: Inalterada.



PL 2214/2011 do deputado Valtenir Pereira (PSB/MT)

Altera regras no processamento de recursos na justiça do trabalho, especialmente para:

- restringir a oposição de embargos somente às hipóteses de violação de súmulas vinculantes;
- acrescentar a hipótese de interposição do recurso de revista, no caso de contrariedade às súmulas vinculantes do STF;
- estabelecer a obrigatoriedade de uniformização de jurisprudência pelos Tribunais Regionais do Trabalho, prevendo-se, quando cabível, o incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no CPC;
- acrescentar a possibilidade de o Ministro Relator negar seguimento aos embargos, ao recurso de revista, nas hipóteses pré-definidas de inadequação do recurso, bem como impor sanções caso verificado o intuito protelatório; e
- regulamentar a possibilidade e o procedimento de concessão de efeitos modificativos à decisão em embargos de declaração e estabelecer efeito meramente devolutivo para os recursos trabalhistas.

O substitutivo aprovado na CTASP reduziu os percentuais das multas estabelecidas no projeto original, retirou o dispositivo que previa efeito meramente devolutivo para os recursos trabalhistas e manteve o incidente de resolução de demandas repetitivas.

- Situação na Agenda: CD – CTASP (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Roberto Santiago – PSD/SP, favorável ao projeto com emendas) e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD** – CTASP (aprovado o projeto com emendas) e **CCJC (aguarda apreciação do parecer da relatora, deputada Sandra Rosado – PSB/RN, pela aprovação do projeto com emendas)**. SF.

Direito de Greve

PLS 513/2007 do senador Paulo Paim (PT/RS)

Proíbe o empregador de interpor ação judicial (interdito proibitório) contra movimento grevista pacífico, que tenha o objetivo de impedir a ocupação da empresa ou a imposição de obstáculos ao seu funcionamento.

- Situação na Agenda: **SF – CCJ (aguarda designação de relatoria)** e CAS. CD.
- Situação Atual: Inalterada.



Benefícios

PL 5271/2009 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)

Determina que os sindicatos representativos das categorias econômicas ou profissionais e as empresas não poderão se recusar a negociar sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados. Na hipótese de recusa à negociação ou se essa resultar em impasse, será facultada a instauração de dissídio coletivo.

- Situação na Agenda: **CD – apensado ao PL 6911/2006: CDEIC (aguarda parecer do relator, deputado Miguel Corrêa Jr. – PT/MG), CTASP e CCJC. SF.**
- Situação Atual: Inalterada.

Relações Individuais de Trabalho

PL 4593/2009 do deputado Nelson Goetten (PR/SC)

Regula o assédio moral, entendido como tal a sujeição reiterada e abusiva do empregado a condições de trabalho humilhantes ou degradantes e que impliquem violação à sua dignidade por parte do empregador ou de seus prepostos, ou de grupo de empregados, bem como a omissão na prevenção e na punição da ocorrência do assédio moral. O empregador será solidário e objetivamente responsável pelos atos de superior hierárquico ou de grupos de empregados. A caracterização de assédio moral autoriza a rescisão indireta do contrato de trabalho, o pagamento em dobro das verbas rescisórias independentemente de multa ou indenização por danos morais, além do pagamento de todos os gastos relativos ao tratamento médico do empregado decorrente do assédio moral.

- Situação na Agenda: **CD – apensado ao PL 6757/2009: CTASP (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Vicentinho – PT/SP, favorável ao projeto com substitutivo) e CCJC. SF.**
- Situação Atual: Inalterada.



SISTEMA TRIBUTÁRIO

Carga Tributária, Criação de Tributos e Vinculação de Receitas

PLP 32/2011 do deputado Amauri Teixeira (PT/BA)

Institui a contribuição social para saúde (CSS), com alíquota de 0,18%, para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde, nos moldes da extinta CPMF.

- Situação na Agenda: CD – CSSF (aguarda parecer do relator, deputado João Ananias – Pcdto B/CE), CFT, CCJC e Plenário. SF.
- Situação Atual: **CD – CSSF (aguarda designação de relatoria)**, CFT, CCJC e Plenário. SF.

PLP 48/2011 do deputado Dr. Aluizio (PV/RJ)

Cria a Contribuição Social sobre Grandes Fortunas (CSGF), que terá como fato gerador a titularidade, em 31 de dezembro de cada ano-calendário, de bens e direitos em montante superior a R\$ 5,52 milhões. Define como contribuintes: as pessoas físicas domiciliadas no país; a pessoa física ou jurídica domiciliada no exterior, em relação ao patrimônio que detenha no país; e o espólio das pessoas físicas referidas. As alíquotas da Contribuição variam dentro de seis faixas definidas pelo valor do patrimônio (que é a base de cálculo), sendo de 0,55% (para patrimônios de R\$ 5,52 milhões a R\$ 9,039 milhões) e de 1,80% (para patrimônios acima de R\$ 115,851 milhões).

- Situação na Agenda: **CD – CSSF (aguarda apreciação do parecer da relatora, deputada Jandira Feghali – PCdoB/RJ, favorável ao projeto com emendas)**, CFT, CCJC e Plenário. SF.
- Situação Atual: Inalterada.



Desoneração das Exportações

PEC 83/2007 do senador Marcelo Crivella (PRB/RJ)

Permite a incidência do ICMS sobre a exportação de produtos primários e semielaborados definidos em lei complementar, cabendo ao Senado definir as alíquotas. Prevê repartição da receita proveniente do imposto sobre exportação com estados e DF. A receita repassada será destinada ao financiamento de programas e projetos que promovam a agregação de valor aos produtos e serviços destinados à exportação.

- Situação na Agenda: **SF – CCJ (aguarda designação de relatoria)** e Plenário. CD.
- Situação Atual: Inalterada.

Obrigações, Multas e Administração Tributárias

PEC 186/2007 do deputado Décio Lima (PT/SC)

Assegura às administrações tributárias da União, dos estados, do DF e dos municípios autonomia administrativa, financeira e funcional, bem como às suas iniciativas de propostas orçamentárias, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

- Situação na Agenda: **CD – CCJC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado João Paulo Lima – PT/PE, pela admissibilidade)**, CESP e Plenário.
- Situação Atual: Inalterada.



INFRAESTRUTURA SOCIAL

Previdência Social

PL 3299/2008 (PLS 296/2003 do senador Paulo Paim – PT/RS)

Altera a Lei de Benefícios da Previdência Social, para extinguir o uso do “fator previdenciário” no cálculo dos benefícios da Previdência, restabelecendo regra que vigorava antes de sua criação.

O substitutivo apresentado pela Câmara de Negociação de Desenvolvimento Econômico e Social da Câmara dos Deputados propõe a adoção da Fórmula 85/95, estabelecendo que o Fator não incidirá quando a soma da idade e do tempo de contribuição, desde que não inferior a 35 anos, se homem, e a 30 anos, se mulher, atingir 95 anos (homens) ou 85 anos (mulheres). Prevê, ainda, que, na hipótese de demissão do empregado, sem justa causa, que esteja a um ano da obtenção do direito à aposentadoria, o empregador deverá efetuar o pagamento das doze contribuições previdenciárias faltantes, em única vez, à Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base na última remuneração recebida pelo empregado.

- Situação na Agenda: SF – aprovado o projeto. **CD** – CSSF (aprovado o projeto), CFT (não apreciado – prazo na comissão expirou), CCJC (aprovado o projeto), **Plenário (pronto para a Ordem do Dia)**.
- Situação Atual: Inalterada.

INTERESSE SETORIAL

PEC 92/2011 do deputado Cláudio Puty (PT/PA)

Permite a incidência do ICMS sobre operações que destinem bens minerais primários ou semielaborados ao exterior.

- Situação na Agenda: **CD – CCJC (aguarda designação de relatoria)**, CESP e Plenário. SF.
- Situação Atual: Inalterada.



PL 1637/2007 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)

Restringe oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas que visem divulgar alimentos com quantidades elevadas de açúcar, gordura saturada e trans, sódio, bebidas com baixo teor nutricional, e que não sejam *in natura*.

- Situação na Agenda: CD – CCTCI (rejeitado o projeto), CDEIC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado José Augusto Maia – PTB/PE, favorável ao projeto), CSSF e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – CCTCI (rejeitado o projeto), CDEIC (aguarda parecer do relator, deputado Damião Feliciano – PDT/PB), CSSF e CCJC. SF.**

PL 1929/2011 do deputado Adrian (PMDB/RJ)

Cria a CIDE-Embalagens, que incidirá sobre embalagens de vidro, plástico, aço e cartonadas mistas (longa vida), usadas para acondicionar alimentos, bebidas, materiais de limpeza, cosméticos e produtos de higiene pessoal. O valor escalonado da contribuição varia de R\$ 0,02 a R\$ 0,10, conforme o tipo de embalagem.

- Situação na Agenda: CD – CMADS (aguarda parecer do relator, deputado Oziel Oliveira – PDT/BA), CDEIC, CFT e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – CMADS (aguarda parecer do relator, deputado Giovani Cherini – PDT/RS), CDEIC, CFT e CCJC. SF.**

PL 513/1999 do deputado Cunha Bueno (PPB/SP)

Obriga as indústrias de cigarros e de produtos derivados do tabaco a ressarcirem estabelecimentos públicos de saúde pelas despesas realizadas no atendimento e tratamento de: (i) pacientes portadores de doenças provocadas ou agravadas em consequência do uso de produtos derivados do tabaco; e (ii) pacientes não fumantes que tiveram a doença agravada em decorrência da convivência com fumantes.

- Situação na Agenda: CD – CDEIC (aprovado o projeto com substitutivo), CSSF (aprovado o projeto com emendas), CFT (rejeitado o projeto), CCJC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Anthony Garotinho – PR/RJ, favorável ao apensado) e Plenário. SF.
- Situação Atual: **CD – CDEIC (aprovado o projeto com substitutivo), CSSF (aprovado o projeto com emendas), CFT (rejeitado o projeto), CCJC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Anthony Garotinho – PR/RJ, favorável ao projeto este projeto e aos apensados, com substitutivo) e Plenário. SF.**



PL 5476/2001 do deputado Marcelo Teixeira (PMDB/CE)

Estabelece que, nas ligações telefônicas realizadas por meio de serviço de telefonia fixa comutada, prestado em regime público, o assinante pagará apenas os pulsos e minutos efetivamente utilizados.

- Situação na Agenda: **CD – CESP (aguarda constituição)** e Plenário. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

PL 6378/2005 do deputado Nilson Mourão (PT/AC)

Obriga as fábricas e montadoras de motocicletas, triciclos e quadriciclos a instalar novos equipamentos de segurança (antena de proteção, proteção para membros inferiores e pisca-alerta) nos veículos de sua produção.

- Situação na Agenda: **CD** – CDEIC (aprovado o projeto com substitutivo), CVT (aprovada subemenda substitutiva), CCJC (aprovado o substitutivo da CDEIC e a subemenda substitutiva da CVT), **Plenário (aguarda apreciação de recurso, do deputado Marcelo Serafim – PSB/AM, contra a apreciação conclusiva das comissões)**. SF.
- Situação Atual: Inalterada.

PL 6869/2010 – PLS 68/2009 do senador Tasso Jereissati (PMDB/CE)

Tipifica como crime vender, fornecer, ainda que gratuitamente, servir ou entregar, de qualquer forma, bebida alcoólica a criança ou adolescente, fixando pena de detenção, de seis meses a quatro anos, e multa. Obriga sinalização de advertência ao uso da bebida nos rótulos das embalagens e nos estabelecimentos que vendam esse produto.

- Situação na Agenda: SF – aprovado o projeto com substitutivo. **CD – CESP (aguarda constituição)** e Plenário.
- Situação Atual: Inalterada.



PL 721/2011 do deputado Edson Pimenta (PCdoB/BA)

Obriga as empresas e produtores de florestas plantadas, com área superior a 5 mil hectares, a destinar no mínimo 5% da sua produção de madeira em toras para o setor da construção civil, moveleira e naval.

- Situação na Agenda: CD – CDEIC (rejeitado o projeto), CMADS (aguarda parecer do relator, deputado Bernardo Santana de Vasconcellos – PR/MG) e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – CDEIC (rejeitado o projeto), CMADS (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Bernardo Santana de Vasconcellos – PR/MG, pela rejeição do projeto)** e CCJC. SF.

PL 855/2011 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)

Acrescenta dispositivo à Lei 9.985/00 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) para determinar que as cavidades naturais subterrâneas constituem patrimônio nacional, cabendo à União identificar e delimitar os sítios espeleológicos existentes no território nacional, para sua transformação em Áreas de Proteção Ambiental (APAs), em cujas zonas de preservação será vedado o licenciamento ambiental de quaisquer empreendimentos e atividades.

- Situação na Agenda: CD – CME (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Luiz Argolô – PP/BA, favorável ao projeto), CMADS e CCJC. SF.
- Situação Atual: **CD – CME (rejeitado o projeto), CMADS (aguarda parecer do relator, deputado Pena – PV/SP)** e CCJC. SF.

PLS 1/2011 do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

Altera a base de cálculo da CFEM para determinar que a alíquota de 3% será calculada sobre o valor do faturamento bruto da venda do produto mineral, e não do faturamento líquido. Esse valor deverá ser obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial. Dessa forma, não mais serão excluídos da base de cálculo os tributos incidentes sobre a comercialização do produto mineral, as despesas de transporte e as de seguros.

- Situação na Agenda: **SF – CI (aguarda parecer do relator, senador Aécio Neves – PSDB/MG)** e CAE. CD.
- Situação Atual: Inalterada.



PLS 378/2011 do senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

Determina que os benefícios e regras previstos na Lei n. 5.811/72 (Regime de trabalho dos empregados nas atividades do setor petrolífero) serão aplicáveis também a todos os trabalhadores (inclusive terceirizados) que prestem serviços no setor em regime de embarque e confinamento, independentemente da atividade exercida. Prevê a possibilidade de todos os trabalhadores sob regime de embarque e confinamento trabalharem em regime de sobreaviso. Reduz de 12 para 6 horas o tempo de trabalho efetivo na jornada de sobreaviso desses trabalhadores. Aumenta de 24 para 36 horas consecutivas o repouso do empregado que permanecer de sobreaviso.

- Situação na Agenda: **SF – CAS (aguarda apreciação do parecer do relator, senador Paulo Paim – PT/RS, favorável ao projeto com emenda)**. CD.
- Situação Atual: Inalterada.

PLS 668/2011 do senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)

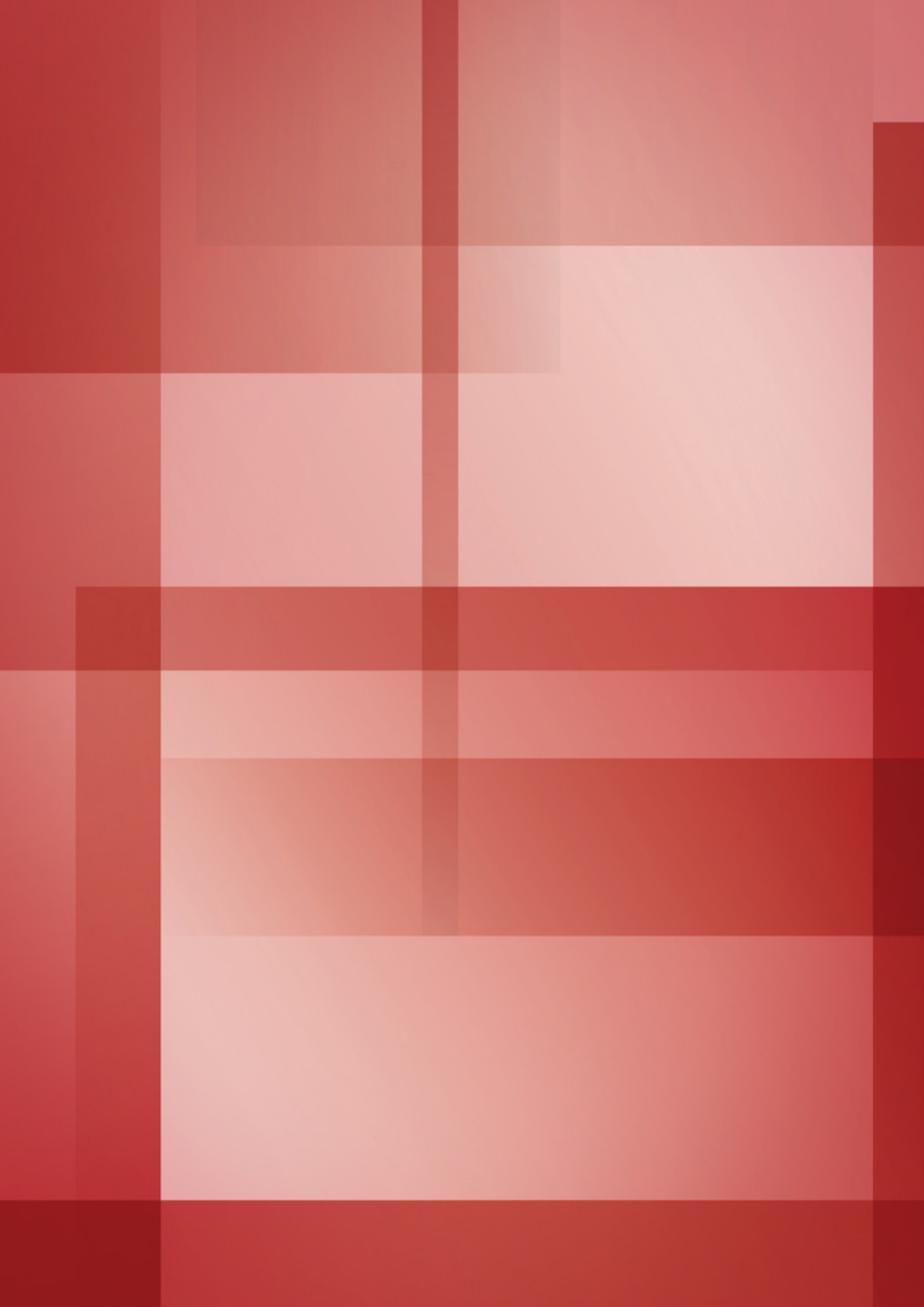
Confere à Secretaria da Receita Federal competência para gestão e execução das atividades de arrecadação, fiscalização e controle das participações governamentais tipificadas como royalties, participação especial ou óleo excedente, devidas pela exploração e produção de petróleo e gás natural em regime de concessão e em regime de partilha de produção.

- Situação na Agenda: **SF – CCJ (aguarda designação de relatoria)**, CAE e CI. CD.
- Situação Atual: Inalterada.

PLS 703/2011 do senador Wellington Dias (PT/PI)

Proíbe a exposição, a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas em postos de combustíveis, em recintos em que se realize evento patrocinado pelo poder público ou por concessionário de serviço público e em logradouros públicos.

- Situação na Agenda: SF – CAS (aguarda designação de relatoria), CAE, CCT e CMA. CD.
- Situação Atual: **SF – CAS (aguarda parecer do relator, senador Lobão Filho – PMDB/MA)**, CAE, CCT e CMA. CD.



ÍNDICE

TEMA / SUBTEMA	PG	POSIÇÃO
PAUTA MÍNIMA		
Regulamentação da Economia		
PL 3401/2008 do deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	31	C
PLC 32/2007 (PL 7709/2007) do Poder Executivo	34	C/R
Meio Ambiente		
PL 3729/2004 do deputado Luciano Zica (PT/SP)	37	D
PL 1876/1999 (PLC 30/2011) do deputado Sérgio Carvalho (PSDB/RO)	34	C/R
Legislação Trabalhista		
PL 7206/2010 do deputado Ricardo Berzoini (PT/SP)	37	D
MSC 59/2008 do Poder Executivo	38	D
PEC 231/1995 do deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE)	38	D
PDC 2839/2010 do deputado Arnaldo Madeira (PSDB/SP)	31	C
PL 4330/2004 do deputado Sandro Mabel (PL/GO)	31	C
Infraestrutura		
PL 3337/2004 do Poder Executivo	35	C/R
Sistema Tributário		
PLP 378/2006 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	31	C
PL 2011/2011 (PLS 319/2010) do senador Alfredo Cotait (DEM/SP)	32	C
PL 3155/2012 do deputado Paulo Teixeira (PT/SP)	38	D
PL 3268/2012 (PLS 492/2007) do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	32	C
PL 6530/2009 (PLS 411/2009) do senador Francisco Dorneles (PP/RJ)	32	C
PRS 72/2010 do senador Romero Jucá (PMDB/RR)	35	C/R
DEMAIS PROPOSIÇÕES		
Regulamentação da Economia		
<i>Direito de Propriedade e Contratos</i>		
PL 2289/2007 do deputado Beto Faro (PT/PA)	41	C
PL 357/2011 do deputado Júlio Lopes (PP/RJ)	41	C
PL 2892/2011 do deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP)	42	C
<i>Desenvolvimento Científico e Tecnológico</i>		
PL 2177/2011 do deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	58	C/R
PL 2644/2011 do deputado Alberto Filho (PMDB/MA)	58	C/R
<i>Comércio Exterior</i>		
PLP 90/2011 do deputado Zeca Dirceu (PT/PR)	59	C/R
PL 717/2003 (PLC 176/2008) do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	42	C

TEMA / SUBTEMA	PG	POSIÇÃO
<i>Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</i>		
PLS-C 467/2008 da senadora Ideli Salvatti (PT/SC)	43	C
PL 951/2011 do deputado Júlio Delgado (PSB/MG)	43	C
<i>Defesa da Concorrência</i>		
PLP 265/2007 (PLS-C 412/2003) do senador Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA)	43	C
<i>Integração Nacional</i>		
PL 4000/2008 do deputado Beto Faro (PT/PA)	44	C
<i>Relação de Consumo</i>		
PLS 276/2010 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal	74	D
PLS 278/2010 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal	74	D
QUESTÕES INSTITUCIONAIS		
PEC 70/2011 (PEC 11/2011) do senador José Sarney (PMDB/AP) e outros	59	C/R
PL 1202/2007 do deputado Carlos Zarattini (PT/SP)	60	C/R
PL 2412/2007 do deputado Regis de Oliveira (PSC/SP)	60	C/R
PL 5139/2009 do Poder Executivo	69	D/R
PL 8046/2010 (PLS 166/2010) do senador José Sarney (PMDB/AP)	75	D
MEIO AMBIENTE		
PEC 72/2011 do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) e Outros	44	C
PL 266/2007 dos deputados Rogério Lisboa (PFL/RJ) e Márcio Junqueira (PFL/RR)	44	C
PL 612/2007 do deputado Flávio Bezerra (PMDB/CE)	75	D
PL 792/2007 do deputado Anselmo (PT/RO)	61	C/R
PL 2068/2007 do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE)	61	C/R
PL 6403/2009 do Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)	75	D
PL 29/2011 do deputado Weliton Prado (PT/MG)	62	C/R
PL 195/2011 da deputada Rebecca Garcia (PP/AM)	69	D/R
PL 2732/2011 do deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP)	70	D/R
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA		
<i>Sistema de Negociação e Conciliação</i>		
PLS 252/2009 da senadora Marisa Serrano (PSDB/MS)	76	D
PLS 181/2011 do senador José Pimentel (PT/CE)	76	D
PLS 296/2011 do senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)	76	D
<i>Adicionais</i>		
PLS 460/2009 do senador Jefferson Praia (PDT/AM)	77	D
PLS 261/2010 do senador Marcelo Crivella (PRB/RJ)	77	D
PL 5067/2009 do deputado Guilherme Campos (DEM/SP)	62	C/R

TEMA / SUBTEMA	PG	POSIÇÃO
Organização Sindical e Contribuição		
PLS 36/2009 do senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	77	D
PL 5684/2009 da deputada Manuela D'ávila (PCdoB/RS)	78	D
Segurança e Saúde do Trabalho		
PL 1981/2003 do deputado Vicentinho (PT/SP)	78	D
PL 7205/2010 do deputado Ricardo Berzoini (PT/SP)	78	D
Dispensa		
PLP 8/2003 do deputado Maurício Rands (PT/PE)	79	D
PL 6356/2005 do deputado Vicentinho (PT/SP)	79	D
PL 1780/2007 do deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA)	79	D
PL 948/2011 do deputado Laércio Oliveira (PR/SE)	45	C
PL 2312/2011 do deputado Filipe Pereira (PSC/RJ)	80	D
Justiça do Trabalho		
PLS 606/2011 do senador Romero Jucá (PMDB/RR)	70	D/R
PL 5140/2005 do deputado Marcelo Barbieri (PMDB/SP)	45	C
PL 6476/2009 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)	80	D
PL 773/2011 do deputado Zonta (PP/SC)	46	C
PL 1153/2011 do deputado Sandro Mabel (PR/GO)	46	C
PL 2214/2011 do deputado Valtenir Pereira (PSB/MT)	81	D
Duração do Trabalho		
PL 2409/2011 do deputado Roberto Balestra (PP/GO)	47	C
Outras Modalidades de Contratos		
PLS 112/2006 do senador José Sarney (PMDB/AP)	63	C/R
Direito de Greve		
PLS 513/2007 do senador Paulo Paim (PT/RS)	81	D
Terceirização		
PLS 87/2010 do senador Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	47	C
Benefícios		
PL 5271/2009 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)	82	D
Relações Individuais de Trabalho		
PL 4593/2009 do deputado Nelson Goetten (PR/SC)	82	D
CUSTO DE FINANCIAMENTO		
PL 1150/2011 da deputada Nilda Gondim (PMDB/PB)	48	C
INFRAESTRUTURA		
PLS 179/2009 da Comissão de Assuntos Econômicos do SF	48	C
PLS 311/2009 do senador Fernando Collor (PTB/AL)	63	C/R

TEMA / SUBTEMA	PG	POSIÇÃO
PLS 372/2011 da senadora Ana Amélia (PP/RS) e Outros	48	C
PLS 374/2011 da senadora Ana Amélia (PP/RS)	49	C
PL 1481/2007 (PLS 103/2007) do senador Aloízio Mercadante (PT/SP)	49	C
PL 7068/2010 do deputado Wladimir Costa (PMDB/PA)	49	C
PL 465/2011 do deputado Roberto Britto (PP/BA)	50	C
PL 502/2011 do deputado Geraldo Simões (PT/BA)	50	C
PL 1373/2011 do deputado José Airton (PT/CE)	50	C
PL 2126/2011 do Poder Executivo	63	C/R
SISTEMA TRIBUTÁRIO		
<i>Reforma Tributária</i>		
PEC 31/2007 do deputado Virgílio Guimarães (PT/MG)	64	C/R
<i>Carga Tributária, Criação de Tributos e Vinculação de Receitas</i>		
PEC 284/2008 do deputado Armando Monteiro	51	C
PLP 23/2011 do deputado Guilherme Campos (DEM/SP)	51	C
PLP 32/2011 do deputado Amauri Teixeira (PT/PA)	83	D
PLP 48/2011 do deputado Dr. Aluizio (PV/RJ)	83	D
PLS 410/2009 do senador Francisco Dornelles (PP/RJ)	51	C
PLS-C 240/2006 do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	52	C
<i>Desoneração das Exportações</i>		
PEC 83/2007 do senador Marcelo Crivella (PRB/RJ)	84	D
<i>Desoneração de Investimentos</i>		
PL 722/2011 do deputado Jorge Corte Real (PTB/PE)	52	C
<i>Obrigações, Multas e Administração Tributárias</i>		
PEC 186/2007 do deputado Décio Lima (PT/SC)	84	D
PL 4583/2009 do deputado Mauro Mariani (PMDB/SC)	53	C
PL 7230/2010 do deputado Eduardo Sciarra (DEM/PR)	53	C
<i>Defesa do Contribuinte</i>		
PLS-C 298/2011 da senadora Kátia Abreu (PSD/TO)	64	C/R
PL 1239/2011 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	53	C
INFRAESTRUTURA SOCIAL		
<i>Previdência Social</i>		
PL 1476/2007 (PLS 313/2006) do senador Sérgio Zambiasi (PTB/RS)	54	C
PLG 2/2012 (PL 1992/2007) do Poder Executivo	54	C
PL 3299/2008 (PLS 296/2003) do senador Paulo Paim (PT/RS)	85	D
<i>Responsabilidade Social</i>		
PLS 224/2007 da senadora Lúcia Vânia (PSDB/GO)	71	D/R

TEMA / SUBTEMA	PG	POSIÇÃO
<i>Educação</i>		
PL 8035/2010 do Poder Executivo	65	C/R
INDICAÇÕES SETORIAIS		
PEC 92/2011 do deputado Cláudio Puty (PT/PA)	85	D
PL 1610/1996 (PLS 121/1995) do senador Romero Jucá (PFL/RR)	55	C
PL 1637/2007 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)	86	D
PL 1929/2011 do deputado Adrian (PMDB/RJ)	86	D
PL 1988/2011 do deputado Camilo Cola (PMDB/ES)	55	C
PL 2163/2011 do deputado Irajá Abreu (DEM/TO)	65	C/R
PL 23/2011 do deputado Armando Vergílio (PMN/GO)	72	D/R
PL 2679/2011 do deputado Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG)	66	C/R
PL 2901/2011 do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS)	66	C/R
PL 3057/2000 do deputado Bispo Wanderval (PS/SP)	66	C/R
PL 4148/2008 do deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS)	55	C
PL 513/1999 do deputado Cunha Bueno (PPB/SP)	86	D
PL 5476/2001 do deputado Marcelo Teixeira (PMDB/CE)	87	D
PL 5921/2001 do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)	55	C
PL 6378/2005 do deputado Nilson Mourão (PT/AC)	87	D
PL 6869/2010 (PLS 68/2009) do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)	87	D
PL 721/2011 do deputado Edson Pimenta (PCdoB/BA)	88	D
PL 7224/2010 do deputado Homero Pereira (PR/MT)	67	C/R
PL 855/2011 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)	88	D
PLS 1/2011 do senador Flexa Ribeiro (PSDB/BA)	88	D
PLS 106/2008 do senador Renato Casagrande (PSB/ES)	56	C
PLS 106/2011 do senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	72	D/R
PLS 160/2010 do senador Flexa Ribeiro (PSDB/BA)	72	D/R
PLS 237/2008 da senadora Kátia Abreu (DEM/TO)	56	C
PLS 330/2011 da senadora Ana Amélia (PP/RS)	67	C/R
PL 3998/2012 (PLS 352/2011) da senadora Ana Amélia (PP/RS)	56	C
PLS 378/2011 do senador Lindbergh Farias (PT/RJ)	89	D
PL 3673/2012 (PLS 464/2011) do senador Humberto Costa (PT/PE)	67	C/R
PLS 668/2011 do senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)	89	D
PLS 703/2011 do senador Wellington Dias (PT/PI)	89	D
PDC 3034/2010 do deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS)	56	C

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX

José Augusto Coelho Fernandes
Diretor de Políticas e Estratégia

Carlos Eduardo Abijaodi
Diretor de Desenvolvimento Industrial

Mônica Messenberg Guimarães
Diretora de Relações Institucionais

Unidade de Assuntos Legislativos – COAL

Vladson Bahia Menezes
Gerente-Executivo

Godofredo Franco Diniz
Gerente-Executivo Adjunto

Pedro Aloysio Kloeckner
Gerente de Articulação no Senado Federal

Beatriz Aparecida Lima Neves
Gerente de Articulação na Câmara dos Deputados

Frederico Gonçalves Cezar
Gerente de Informação e Estudos

Equipe Técnica

Angela Rodrigues Borges, Anna Henriqueta Da Valle Faria Peres, Antonio Marrocos, Beatriz Nunes, Bruna Guimarães Lopes, Bruno Gomes de Assumpção, Cláudio Brandão Cavalcanti, Edileusa Batista da Silva, Fabiano Faria de Carvalho Hecht, Fernanda Demarchi Matielo, Luiz Roberto Marinho F. de Oliveira, Marcos Joaquim Martins Pereira, Maria Auxiliadora S. de Menezes, Mariana Polidorio Machado, Marília Altoé Braga, Nicolas Schmitt Pryn Escher, Simone Vieira Santana, Ubaldo Campello Neto e Valéria Leite Memória.

Estagiários

Carolina Kete Ferraz Santos, Henrique Reinert Lopes Dias e Mariana de Oliveira Sinicio.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO – DIRCOM

Carlos Barreiros
Diretor

GERÊNCIA EXECUTIVA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA – GEPP

Carla Cristine Gonçalves de Souza
Gerente-Executiva

Eduardo Pessoa
Rejane Costa
Supervisão Editorial

Aline Santos Jacob
Normalização

i-Comunicação
Projeto gráfico

Grifo Design
Diagramação

Gráfica Ideal
Impressão

CNI

